

TORRE DE
MONCORVO
assembleia municipal

ATA N.º 16

Sessão Ordinária

27 de Junho de 2016

APROVADA POR MAIORIA, COM 22 VOTOS A FAVOR E 2 ABSTENÇÕES,
NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26/09/2016.

-----**Aos vinte e sete dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezasseis**, pelas **09h30**, no **Salão Nobre dos Paços do Concelho**, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

- 11** Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 26 de abril de 2016;-----
- 12** Informação de Correspondência;-----
- 13** Assuntos de interesse relevante para o Município;-----

2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: (APÓS INCLUSÃO DE UM NOVO PONTO)

- **PONTO 1** - Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c) do n.º2 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013);-----
- **PONTO 2** - Delimitação da Área de Reabilitação Urbana; -----
- **PONTO 3** - Consolidação de Contas;-----
- **PONTO 4** - Recrutamento de Pessoal;-----
- **PONTO 5** - Contratos Interadministrativos;-----
- **PONTO 6** - Revisão Orçamental;-----
- **PONTO 7** - Orçamento Participativo;-----
- **PONTO 8** - Proposta para Revisão do Plano Diretor Municipal;-----
- **PONTO 9** - Proposta para a elaboração do Programa Intermunicipal dos Municípios do Baixo Sabor, Douro Superior e Terra Quente;-----
- **PONTO 10** - Proposta de Estatuto para Integração do Município de Torre de Moncorvo na Agregação dos Sistemas de Água e Saneamento dos Municípios que integram a CIM das Terras de Trás-os-Montes;-----
- **PONTO 11** - Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo de Torre de Moncorvo;-----
- **PONTO 12** - Acordo de Colaboração entre o Ministério da Educação e o Município de Torre de Moncorvo.-----
- **PONTO 13** - Carta Educativa - Município de Torre de Moncorvo 2015.-----

3 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO



-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais:-----

-----**Da Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP:**-----

-----José Mário Leite;-----

-----João Augusto Leonardo;-----

-----Maria Helena de Sousa Bernardino;-----

-----Luís Manuel Gonçalves Almendra (*Em substituição da deputada Cristina Alexandra Pantaleão Trindade*);-----

-----Luís João Fernandes Dias;-----

-----Maria Cecília Maçorano Saraiva Pinto;-----

-----Manuel Carlos Prado;-----

-----Ana Luísa Leonardo Gil (*Em substituição do deputado Luís Miguel Meneses Macedo*);-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----Pedro Manuel Ferreira Pereira - Freguesia de Cabeça Boa;-----

-----Francisco António Roque Braz – Freguesia de Carviçais;-----

-----Mário Diogo Pinheiro Miranda – Freguesia de Horta da Vilarça;-----

-----António Manuel Martins – Freguesia de Lousa;-----

-----José Carlos Meneses – Freguesia de Torre de Moncorvo;-----

-----Adriano Luís Mendes Martins – União de Freguesias de Felgueiras e Maçores;-----

-----**Do Partido Socialista (PS):**-----

-----António Alves Salema;-----

-----António Manuel Lopes;-----

-----António Júlio Andrade;-----

-----Ademar Augusto Rodrigues Alves;-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----José Carlos Cordeiro – Açoreira;-----

-----António Júlio Sá Andrade – Larinho;-----

-----Luiz Marcelino Lopes – Mós;-----

-----José Manuel Moreiras – União de Freguesias de Adeganha e Cardanha;-----

-----António Manuel de Castro Gonçalves – União de Freguesias Felgar e Souto da Velha;-----

-----Afonso Henrique Alagoa – União de Freguesias Urros e Peredo dos Castelhanos;-----

-----Verificou-se a presença de **vinte e quatro** membros dos vinte e oito que compõem esta Assembleia Municipal.-----

-----**Constituíram a Mesa:**-----

-----**José Mário Leite** – Presidente da Mesa;-----

----- **Maria Cecília Maçorano Saraiva Pinto** – 1.^a Secretária;-----

-----**João Augusto Leal Leonardo** – 2.^o Secretário.-----

-----**Faltas:** Faltaram os seguintes deputados:-----

- Maria Vitória Andrade Lázaro (PS) que justificou a falta dentro do prazo legal;-----
- Maria de Fátima Salvador Gonçalves (PS) (*Em substituição do deputado Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira*) que não justificou a falta;-----
- José Manuel Aires (PS) (*Em substituição da deputada Magali Isabel Sebastião Amador*), que não justificou a falta;-----
- Luísa Maria Pinto Ferreira (PS) que justificou a falta dentro do prazo legal;-----

----- A **CÂMARA MUNICIPAL** esteve representada pelo senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, o senhor Vice-Presidente, Victor Manuel Silva Moreira, e o Coordenador Técnico Manuel Camisa. -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apoiada pela Licenciada Lúcia Alexandra Barbeiro Pissarro. -----

-----**Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas.** -----

-----O Sr. Presidente da Assembleia verificada a existência de quórum declarou aberta a reunião eram 9:30 horas.-----

-----Passou-se de imediato à discussão e votação dos assuntos da ordem de trabalhos. -----

----- **1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **1.1 Ata n.º 15 da Sessão Ordinária realizada em 26 de Abril de 2016.** -----

-----Não houve intervenções neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos passar à votação.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou **por maioria**, com 22 votos a favor, 2 abstenções (*dos deputados: João Augusto Leal (Coligação PSD/CDS) e António Júlio Andrade (PS)*), **aprovar** a ata. -----

1.2 Informação da Correspondência.-----

-----O Senhor Presidente da Mesa leu um resumo da correspondência recebida, registada sob os números de 67 a 95 de 2016, inclusive, o qual foi distribuído antecipadamente, a todos os deputados, e informou que a mesma estava à disposição de quem pretendesse consultá-la:-----

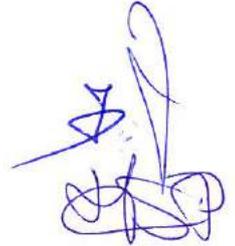
- ✓ **Deputado João Leonardo** – Justifica a sua ausência na próxima reunião de Assembleia a realizar no dia 26 de Abril de 2016 e pede substituição;-----
- ✓ **Deputada Maria Vitória Andrade Lázaro** – Justifica a sua ausência na próxima reunião de Assembleia a realizar no dia 26 de Abril de 2016 e pede substituição;-----
- ✓ **Paulo Noronha** – Dá conhecimento da reunião realizada no dia 19 de abril e que se versou sobre 2 temas: 1.º relativamente à formação vocacional a CIMDOURO e 2.º relativamente ao ensino superior regular;-----
- ✓ **Paulo Oliveira Bang** – Dá a conhecer a sua produtora especializada em Humor e Comédia;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Envio da Minuta de Reunião de Câmara Extraordinária realizada a 8 de Abril de 2016;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Envio da Minuta de Reunião de Câmara realizada a 22 de Abril de 2016;-----
- ✓ **Grupo Parlamentar “Os Verdes”** – Informa que na passada sexta-feira (29.04.2016) apresentaram na Assembleia da República um projeto de resolução que visa “a melhoria da cobertura e o alargamento da oferta de serviços de programas na televisão digital terrestre”, estando a discussão desta iniciativa legislativa, agendada para o dia 6.05.2016;-----
- ✓ **Grupo Parlamentar “Os Verdes”** – Informa que na passada sexta-feira (29.04.2016) apresentaram na Assembleia da República um projeto de resolução que visa “a abolição de taxas de portagens na autoestrada transmontana (A4)”, estando a discussão desta iniciativa legislativa, agendada para o dia 6.05.2016;-----
- ✓ **Associação Cafinvenções** – Dá a conhecer as atividades realizadas pelo Circo d’Alegria;-----
- ✓ **Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins** - Envia o Jornal do Stal n.º 112 relativamente ao mês de abril de 2016;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Envio minuta de Reunião de Câmara realizada a 6 de Maio de 2016;---
- ✓ **Município de Bragança** – Envia a transcrição da moção que foi aprovada por unanimidade, na 2.ª sessão ordinária do ano de 2016, realizada no dia 29.04.2016 sobre a isenção de portagens no Túnel do Marão;---
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Dá a conhecer as atividades realizadas no mês de abril de 2016;-----
- ✓ **FENPROF** – Dá a conhecer o Abaixo-assinado/Petição relativamente à tomada de posição em defesa da Escola Pública, solicitando a assinatura da Petição;-----
- ✓ **Assembleia da República** – Informa que a Estátua “Constituição” é a peça do mês de maio de 2016;-----
- ✓ **CIMAC** – Informa que houve o reagendamento da conferência “O Poder Local Democrático e a Constituição da República Portuguesa” para o dia 30 de setembro;-----



- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Envio da Minuta de Reunião de Câmara realizada a 20 de Maio de 2016;-----
- ✓ **Terras de Trás-os-Montes** – Envio a Moção relativamente à "Falta de Especialistas em Endocrinologia no Nordeste Transmontano", aprovada pela Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, em reunião realizada no dia 26 de abril de 2016;-----
- ✓ **Associação Portuguesa de Deficientes** – Envia a Edição de Jornal n.º 287 do mês de maio de 2016;-----
- ✓ **Assembleia da República** – Informa que uma "Miniatura de Carro de Bombeiros" é a peça do mês de junho de 2016;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Envia o programa relativo ao Festival de Animação "Monstra à Solta", a realizar nos dias 3, 4 e 5 de junho;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Envia o cartaz publicitário do jogo de futebol dos sub-15 a realizar entre Portugal e Eslováquia, em Torre de Moncorvo no dia 09.06.2016;-----
- ✓ **Jornal "Voz das Misericórdias"** – Envia a edição referente ao mês de maio de 2016;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Dá a conhecer as atividades realizadas no mês de maio de 2016;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Envio da Minuta de Reunião de Câmara realizada a 3 de Junho de 2016;-----
- ✓ **Grupo Parlamentar "Os Verdes"** – Dá a conhecer a ementa vegetariana nas cantinas públicas;-----
- ✓ **Deputada Magali Isabel Sebastião Amador** – Justifica a sua ausência na próxima reunião de Assembleia a realizar no dia 27 de Junho de 2016 e pede substituição;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Envio da Minuta de Reunião de Câmara realizada a 17 de Junho de 2016;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Informa do programa do II Encontro – História e Cultura Judaica a realizar nos dias 24 e 25 de junho de 2016 na Biblioteca Municipal;-----

Convites:

- ✓ **CENTRO DE INVESTIGAÇÃO DE MONTANHA E ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA DE BRAGANÇA** - Convidam para participar no fórum com a temática " A qualidade dos produtos alimentares tradicionais como suporte para a sustentabilidade das agro – industriais regionais, a realizar no dia 28 de maio de 2016 pelas 9h15 no Nerba em Bragança;-----
- ✓ **GRUPO PARLAMENTAR "OS VERDES"** - Convidam para estar presente na audição pública parlamentar no próximo dia 2.06.2016, com início às 10h00 para ouvir todas as propostas e estratégias de combate ao desperdício alimentar;-----
- ✓ **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FOZ CÔA – CARLOS D'ABREU** - Convida para estar presente na sessão de apresentação do livro "Retratos da Gente e Poética do Instante", coordenado pelo Geógrafo Carlos D'Ábreu, no dia 21.05.2016 pelas 11h00;-----



- ✓ **CÂMARA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO** - Convida para estar presente no lançamento da revista Colégio Campos Monteiro a realizar no dia 11 de junho pelas 11h00 na Biblioteca Municipal;-----
- ✓ **ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA** - Convida para a inauguração da exposição Sociedades/Fragilidades do Singular, do escultor Dinis Ribeiro a realizar no dia 29.06 pelas 18h00 no Átrio Principal;-----

-----**O Presidente de Mesa:** Chegaram ao meu e-mail pessoal – da Assembleia, como Presidente da Assembleia – duas missivas que eu vou ler, pela ordem de chegada. Uma de Miriam Assor, que diz o seguinte:-----

-----**Missiva**-----

*“Caros senhores,-----
Foi a Dra. Adília Fernandes, gentilmente, quem me convidou para ser oradora no II Encontro de História e Cultura Judaicas. Honrada com tamanho convite, prontamente aceitei. -----
Conjuntamente com o Prof. Vasco Rodrigues, chegámos a bom porto no que respeita ao tema da minha comunicação “Sam Levy”. -----*

Em 6 de junho, recebi um e-mail da Chefe de Divisão da Ação Social, Cultural e Educação do Município de Torre de Moncorvo. Perguntava então a Sra. Helena Pontes qual seria o dia da minha partida e chegada. Bom, antes de responder, teria de fazer uma pergunta, que fiz no dia seguinte: “A Câmara iria tomar conta dos transportes dos oradores?” A resposta veio no dia 20 de junho. Não somente demorava treze dias a chegar, como vinha em tom soprano alto: “A Câmara Municipal poderá pagar o transporte dos oradores, mas para o efeito terá de apresentar recibo verde do total das deslocações ou fatura e recibo. Antes, terá de me informar do valor, e só posteriormente será enviada requisição e poderá passar o documento de despesa.” -----

O que é isto? Sim, o que é isto? Não haverá substantivo ou verbo que consiga substituir esta coisa que um orador recebe. É uma palavra que pouco uso, e que nada aplaudo: humilhação. Não é a primeira vez que participo em colóquios – e não será a última vez, se Deus quiser – e nunca nenhuma instituição ou pessoa soube fazer o impossível: não tratar dos seus convidados.-----

Desejo sucesso à ilustre comissão organizadora e ao insigne coordenador científico.-----

Cumprimentos,-----

Miriam Assor”-----

-----**O Presidente de Mesa:** Da Sra. Dra. Adília Fernandes, recebi um e-mail, que é o seguinte:

“Sr. Engenheiro, reencaminho com maior gosto as palavras da Diretora da Cátedra de Estudos Sefarditas da Universidade de Lisboa.-----

Saudações,-----

Adília Fernandes”-----

E o que vem a seguir é o seguinte:-----

-----**Missiva**-----

“Cara Dra. Adília,-----
Esperando que a mensagem abaixo possa ser lida na abertura do colóquio, apresento os meus melhores cumprimentos.”-----

Informo os Srs. Deputados que foi lida na abertura do colóquio.-----

“Agradecendo o convite, a Cátedra de Estudos Sefarditas “Alberto Benveniste” tem o gosto de se associar ao II Encontro de História e Cultura Judaicas, a decorrer no Auditório da Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo, desejando que os trabalhos sejam profícuos no debate de ideias em torno das comunidades judaicas na região. -----

Certa de que o empenho da organização terá melhor expressão nas comunicações apresentadas, espero que a iniciativa tenha impacto, não só no âmbito local, mas também nos estudiosos que se dedicam à temática em foco, disseminados por outros espaços nacionais e internacionais. -----

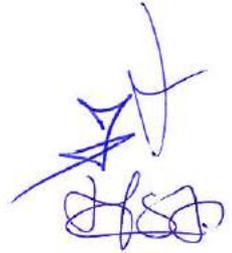
É sempre de valorizar a realização de encontros científicos como este, que permitem promover o desenvolvimento de estudos nesta área e estimular os investigadores na pesquisa e interpretação de fontes. Que este colóquio contribua para consolidar este campo de estudos na região e ajudar a melhor conhecer a presença judaica nesta localidade.-----

Renovo os votos de bom trabalho, cumprimentando o Sr. Presidente da Câmara de Torre de Moncorvo, Dr. Nuno Gonçalves, os conferencistas e todos os presentes, e permitam-me que deixe um especial cumprimento de congratulação à Dra. Adília Fernandes, pela forma dedicada como abraça os projetos em torno da história desta região, e que possa a Cátedra de Estudos Sefarditas “Alberto Benveniste” colaborar com os desafios que tão sabiamente tem procurado construir.”-----

-----**O Presidente de Mesa:** Eu não sei se o Sr. Presidente quer pronunciar-se sobre isto, provavelmente poderá fazê-lo na sua intervenção. Não sei se algum dos presentes quer fazer algum comentário. Tem a palavra, Sr. Deputado António Júlio Andrade. Sr. Deputado, peço desculpa: como o ponto seguinte é de assuntos de interesse relevante para o Município, eu acho que pode inserir-se nesse ponto. -----

1.4 Assuntos de interesse relevante para o Município.-----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **António Júlio Andrade** (PS). -----



-----**O Presidente de Mesa:** Está aberto já o ponto de assuntos de interesse relevante para o Município, e dou a palavra ao Sr. Deputado António Júlio Andrade.-----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Sr. Presidente da Câmara, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, caros colegas: Eu gostaria de fazer uma sugestão sobre esta matéria, que era a seguinte: a pessoa que mais conhece, que mais percebe sobre judeus, de Trás-os-Montes e Moncorvo, é, indiscutivelmente, Fernanda Guimarães. Eu gostaria de sugerir que fosse convidada. Mas como já vi que a organização não é da Câmara Municipal, já não posso sugerir nada.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, enquanto Deputado da Assembleia Municipal pode sugerir o que entender, mesmo que a organização possa não ser da Câmara Municipal, imagino que a Câmara Municipal tenha sempre um papel a dizer. Acho que o que foi feito foi sempre de acordo com a Câmara Municipal. O seu convite e a sua sugestão ficam registados, como é evidente.-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

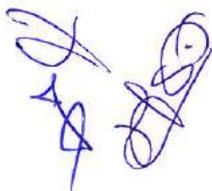
PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Júlio Andrade** (PS), **António Alves Salema** (PS), **José Manuel Moreiras** (PS) e **José Carlos Meneses** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito obrigado. Muito bom dia, Sr. Presidente da Assembleia, muito bom dia a todos os Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente.-----
Informo desde já que a Sra. Vereadora Piedade Meneses está de férias, e portanto, não está presente nesta reunião.-----

Início a minha intervenção, pelo que disse o Sr. Deputado António Júlio Andrade. Efetivamente a Câmara, foi surpreendida – eu diria “surpreendidíssima” – com a realização do “II Encontro de História e Cultura Judaicas” organizado por uma Comissão Organizadora à margem da Câmara Municipal. No primeiro encontro a Câmara Municipal esteve presente; no segundo



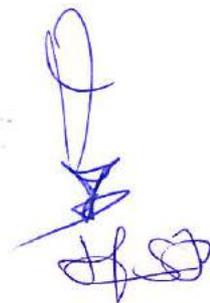
encontro ficou surpreendida com um coordenador científico (que ninguém lhe retira o mérito, o Prof. Adriano Vasco Rodrigues), e com uma comissão composta por (Adília Fernandes e José Mário Leite). Retiraram à Câmara, a iniciativa da organização do II encontro, que sempre foi dela e desde logo enviei em e-mail (nesse caso, à Sra. Chefe de Divisão), a dizer-lhe que as organizações feitas na Biblioteca são da Câmara Municipal, sendo a comissão organizadora e comissão científica quem quiser, bem como os títulos que queiram adotar, pouco interessa, até porque foi aqui nesta Assembleia que eliminámos os títulos académicos. Quero-vos dizer que também fiquei surpreendido quando me questionaram: “Então e o Sr. António Júlio, onde é que está?”, eu disse: “O Sr. António Júlio não está, mas vai estar.” E foi a partir daí que participou, estive de manhã, para fazer a rota, e estive de tarde para a apresentação dos livros. Quero informar-vos que já iniciei os contactos para os palestrantes do próximo ano e que a sugestão do Sr. Deputado está aceite.-----

Quanto à carta da Sra. Miriam Assor, eu não percebo muito bem o que ela quer. Se quer receber, tem que enviar os comprovativos das despesas; os comprovativos são da responsabilidade dela. Porque não podemos bater nos serviços de contabilidade, porque não têm contabilidade analítica, porque não têm o desenvolvimento de uma obra e depois fazemos como se fazia: arranjavam aí umas faturas e pagava-se... Isso acabou.-----

Mas, eu vou-vos contar o que é que aconteceu no ano passado: a Sra. Miriam Assor lembrou-se que, depois da conferência dela, não podia ir jantar onde os outros iam jantar – neste caso, às piscinas. Então, teve que se arranjar um carrinho da Câmara Municipal para transportar o que a senhora tinha escolhido, à lista, para levar para a casa da avó. E isto tudo na mesma comissão organizadora. Portanto, eu é que pergunto o que é isto; o que é isto, até de comentarmos as próprias cartas que chegam. O que é isto?-----

Mas, eu tenho aqui o cartaz – que não foi aprovado, obviamente, porque aqui a organização cabe à Câmara Municipal. Portanto, esse é um lapso. Não foi, mas cabe à Câmara Municipal. E portanto, a Câmara Municipal irá fazer o que tem que fazer, e o que entende que deve fazer neste caso.-----

Quanto aos outros oradores e aos outros palestrantes, não houve problema nenhum. Eu não pude estar presente, por motivos pessoais, mas não houve problema nenhum. E tudo, pelo que parece, correu bem, exceto esta senhora. Mas, o que é curioso é que o Ex-Presidente da Câmara de Castelo de Vide, que nas primeiras jornadas foi um dos mais importantes oradores, foi ele que sugeriu como é que se devia pagar aos oradores, porque é assim que fazem em Castelo de Vide: uma fatura dos transportes, ou se quiserem almoçar ou jantar. Mas, nós até isso fizemos, porque nós conseguimos arranjar aqui um fornecedor de produtos kosher, para não haver problemas. E o Ex-Presidente de Castelo de Vide – e neste momento, o único agraciado, vivo, por serviços relevantes pelo Estado de Israel – foi ele que tratou e nos



ensinou, podemos dizer mesmo assim, nos ensinou como é que deveríamos fazer, porque era assim que a Câmara de Castelo de Vide fazia enquanto ele foi Presidente. E ficou tudo acordado, e no primeiro resultou bem. Quer dizer, agora no segundo vem a dizer “pagam isto?”, e a Sra. Chefe de Divisão dizer: Sim, senhora, nós pagamos, mas tem que nos apresentar este e este recibo, para entrar em contabilidade. Foi só isto. Portanto, eu acho que quem está aqui desafinado – e não é em soprano alto, mas é em baixo soprano – é quem ainda não percebeu como é que estas coisas funcionam. E portanto, quanto a isto, ficarei por aqui.-----

Quanto à atividade da Câmara Municipal, para além da parte cultural, vou realçar duas situações. A primeira, uma promessa que há muitos anos a Câmara Municipal vinha fazendo – não é só deste mandato – que era a implementação da rede de saneamento na Macieirinha. Concluiu-se a primeira fase, e neste momento, vamos partir já para a segunda, que será a pavimentação dos arruamentos.-----

Também quero referir que há diversas candidaturas a correr, nomeadamente a candidatura da reabilitação dos bairros sociais. Vamos entrar na segunda fase do Bairro Social do Santo Cristo, que, em termos de candidatura – para os Srs. Deputados ficarem a saber – prevê, para além dos acessos no interior, e que foi a primeira fase, e a construção do muro e consolidação do talude (que já está pronto), também os passeios, e a regularização do caudal da água que vem da Serra do Reboredo. Vai ser subterrâneo e esperamos que fique resolvido definitivamente esse problema. A terceira fase que está contemplada nesta candidatura de regeneração é a construção de um parque de estacionamento, que já estava previsto, para ordenar o estacionamento naquela rua – esse sim, que nunca esteve previsto – vai servir para alargar a rua, de quem vem da Armando Martins Janeira, e vai-se fazer, onde era o antigo estaleiro. Essa é a primeira fase. Devo-vos dizer também que foi submetida com sucesso ao POCUR uma candidatura para a eliminação das fossas de tratamento, vamos passar a ter ETA's – foi submetida na quinta-feira, e veio já aprovada.-----

Estamos também a elaborar numa candidatura que nós entendemos que é importante, conjuntamente com Miranda do Douro, que é a terceira fase da Ecopista, que em Moncorvo será Torre de Moncorvo – Pocinho. Mas, prevemos a ligação a Duas Igrejas – neste momento, Mogadouro e Freixo de Espada à Cinta. Ainda não entraram por uma razão simples: Mogadouro, porque o IC5 – e aqui entre aspas – “comeu-lhe” uma parte da rede ferroviária, e portanto, eles estão em negociações com o IC5 para a recuperação do que for possível recuperar, e alternativas do que não for possível recuperar. Para o Sr. Presidente da Assembleia, temos que nos candidatar novamente à Fundação Calouste Gulbenkian; dois anos consecutivos, duas vezes que veio chumbada a candidatura. -----



Estas são as candidaturas e obras mais importantes que temos neste momento em curso. Vamos ter uma terceira obra, de pavimentações, estou a falar de antes do ano de eleições – que vão ser executados pelas Juntas de Freguesia através de contratos interadministrativos.----
Muito obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado António Júlio Andrade, tenha a bondade.-----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Sr. Presidente, já agora, permita-me que me refira um bocadinho mais ao Encontro sobre os judeus. -----

Em primeiro lugar, eu não estranho essas atitudes dessa senhora, que já no ano passado disparatou aqui em Torre de Moncorvo. E pessoalmente também sei um bocadinho como é que essa gente se comporta em relação às refeições, porque ainda há pouco tempo estive em Moncorvo uma senhora americana, judia, e o marido, judeu, que vieram por aqui, e como sabem que não há comidas kosher nos restaurantes, geralmente, isto e aquilo, eles até trazem pratos plásticos e ovos cozidos para substituir refeições, e coisas parecidas. Portanto, aí não estranho nada. Estranho é na organização do encontro ver – a mim, ninguém me disse nada, para participar, primeiro; e tomei conhecimento disto quando vi o cartaz aqui ao fundo das escadas do castelo, a dizer “Encontro de Judeus”. Eu disse para os meus botões: “Iremos ter aqui alguns centos ou milhares de judeus? Haverá um encontro aqui de judeus?” Fiquei espantado. Mas depois lá substituíram, em vez de “Encontro de Judeus”, “Encontro sobre Judeus”. E nos cartazes depois apareceu “cultura judaica”.-----

Já agora, atrevo-me a fazer uma avaliação do Encontro. Também sei como é que a carta se faz, lá na Cátedra. É muito fácil arranjar cartas dessas na Cátedra de Estudos Sefarditas, para enviar, eu sei. Devo dizer, ainda há tempos estive numa atividade desta natureza, na Guarda, a apresentar um trabalho, e estava juntamente a Dra. Carla Vieira, que é a pessoa da Cátedra, realmente, que está dentro destes assuntos, e talvez a maior especialista da nova geração. E veio acompanhada pela embaixatriz de Israel.-----

Como conclusão, deste Encontro de Moncorvo, eu devo dizer que fico muito defraudado, porque à exceção de um orador, ninguém mais disse uma única palavra sobre judeus de Trás-os-Montes, ninguém acrescentou um bocadinho, uma “migalhinha” que fosse àquilo que se sabia sobre judeus em Moncorvo, ou Trás-os-Montes, ou coisa parecida. Isso defrauda expectativas. Eu sempre pensei que estes encontros, estes seminários, estes colóquios, fossem feitos para engrandecer os conhecimentos, para se criar realmente a Rota dos Judeus, para se incrementar, criar condições para que o turismo se desenvolvesse (o turismo cultural, nomeadamente), mas fico defraudado quando nenhum dos sábios oradores refere uma “migalhinha” sobre judeus em Trás-os-Montes, nem em Torre de Moncorvo. Acho que estas



coisas devem ser preparadas com antecedência, realmente, meio ano, um ano, e dizer aos oradores que venham tratar dos assuntos referentes à região, porque senão são umas pessoas que vêm por aqui, a Moncorvo, comer e beber à conta da Câmara, a dizer umas coisas, e vão-se embora, e acabou-se.-----

Tenho dito.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Alves Salema.-----

-----**Deputado António Alves Salema:** Bom dia a todos.-----

Penso que o António Júlio tem toda a razão, mas pronto, as pessoas também não têm culpa que venham pessoas exigentes, e que primeiro exijam, e depois é que se faz o trabalho. Portanto, é preciso saber recrutar essas pessoas, e no próximo ano, se se fizer uma coisa dessas, não se convidam todas essas pessoas que arranjam problemas, sem necessidade. Portanto, isso é simples de fazer.-----

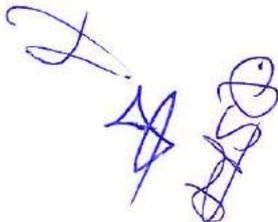
Olhando para o relatório do Sr. Presidente, queria aqui só falar em duas ou três questões. Queria congratular-me com a Conferência do 25 de abril, porque houve um ponto alto com a intervenção na Biblioteca e na inauguração do monumento evocativo ao Serviço Nacional de Saúde, pelo Sr. Dr. António Arnaut, pelo Sr. Presidente e pelo Sr. Secretário de Estado da Saúde. Portanto, foi um tema que diz muito, o 25 de abril, é um tema que devemos ter força para o segurar, em democracia, e a Câmara fez um ótimo serviço neste evento. Por isso, estou muito satisfeito, Sr. Presidente.-----

Depois continuamos a observar a realização de eventos na cultura, turismo e outras atividades, que fazem com que Moncorvo tenha algum movimento da sociedade civil. Isso é muito bom e muito importante, deve continuar, porque penso que Moncorvo pouca gente tem, e devem ocorrer estas ações, no turismo, na cultura, em todas as atividades. Julgo que estamos no bom caminho nesse aspeto.-----

Por último, o Sr. Presidente já falou nas obras importantes que está para fazer, mas gostaria de saber qual o valor da adjudicação da primeira fase do projeto do Parque Verde da Quinta da Judite, se possível, todos esses custos das obras, mais ou menos, dar uma ideia – se for possível, é claro. E fico por aqui.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Manuel Moreiras.-----

-----**Deputado José Manuel Moreiras:** Bom dia a todos.-----



O Sr. Presidente falou nas candidaturas aprovadas, e eu gostaria de saber se engloba as forças todas do concelho.-----

Tenho aqui um outro assunto, que eu tinha levantado numa reunião anterior (não sei bem qual era), que era em relação ao desportivo que ficava situado na minha freguesia, que pertencia ao Baixo Sabor, com um piso sintético. Na altura, procurei ao Sr. Presidente, e o Sr. Presidente disse-me que ia ficar para a Associação do Baixo Sabor. E então, ontem fiquei surpreendido, porque houve alguém que me disse que aquilo já estava tudo desfeito. E eu tinha comentado com as pessoas que aquilo se ia manter, que o Sr. Presidente tinha falado numa reunião da Assembleia que se ia manter. Gostava de saber a razão por que é que ele foi levantado.-----
Obrigado. É só.-----

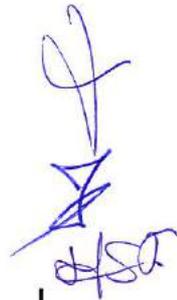
-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Meneses.-----

-----**Deputado José Meneses:** Sr. Presidente da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Vice-Presidente, restantes membros da Assembleia, muito bom dia a todos.-----

Quero começar também por concordar com as palavras do Sr. Deputado António Salema, que, de facto, quem quer vir para a nossa região, quem quer conhecer a nossa cultura, e visitar o nosso património será sempre bem vindo. Quem quiser colocar em causa a hospitalidade Moncorvense por questões de alimentação, ajudas de custo em viagens, é porque tem outra opinião das gentes de Trás-os-Montes e nesse sentido é nossa intenção de referir ao Executivo da Câmara que há pessoas “non gratas” que não devem ser convidadas a visitar a região, muito menos custeadas pelos Moncorvenses.-----

Em segundo lugar, e relativamente à situação financeira da Autarquia, a Bancada do PSD e do CDS-PP quer congratular todo o Executivo, da forma e da maneira de trabalho com que têm feito, e com que têm reduzido a dívida deste Município. Referir que no último trimestre houve uma redução de cerca de trezentos mil euros (300.000€), não deixando também, e ressaltando sempre que para além dos cortes que têm existido – e que se calhar é importante salientar, que têm mesmo que existir – também têm havido obras, que já foram referidas pelo Sr. Presidente da Câmara, quer a requalificação do Bairro Santo Cristo, em Torre de Moncorvo, quer a parte do saneamento da Macieirinha. Outras das obras que vão ser ainda feitas este ano, terá a ver com as pavimentações nas freguesias, que apesar de serem acordos interadministrativos, são obras da própria Câmara, do próprio Município, através de protocolos de colaboração, com as Juntas de Freguesia.-----

Para já, são essas situações. Acho que estão no caminho certo, e devem continuar assim.-----
Muito obrigado.-----



-----**O Presidente de Mesa:** Eu gostaria de, a este respeito, dizer algumas palavras. Vamos, primeiro, ao encontro da cultura e história judaicas. O aparecimento do meu nome na comissão organizadora, expliquei-o eu durante a conferência, e não gostaria de estar aqui na Assembleia a repetir esses pormenores. Estou disponível para falar com o Sr. Presidente, explicar-lhe qual é a história do aparecimento. Não propus, qualquer programa. Poderei em particular, e em privado, dizer quais foram as peripécias que aconteceram; acho que não é matéria da Assembleia.-----

Relativamente à questão da Gulbenkian: Sr. Presidente, como sabe, sempre estive disponível para a Câmara de Moncorvo. Obviamente que eu não mando nesses programas da Gulbenkian. Não é esse o meu pelouro. Relativamente à minha contribuição, como deve imaginar, não pode resumir-se a receber uma candidatura que foi feita por outros, e estarem à espera que eu vá de porta em porta, junto de um júri que é isento – e a Gulbenkian, se tem timbre, é de qualidade e de isenção! É sabido que nem o Antigo Regime conseguiu impor o que quer que fosse à Fundação Calouste Gulbenkian. Estou disponível para ajudar a preparar todas as candidaturas. Não me foi pedido, nunca, mas se me for, continuarei disponível, agora e mesmo quando deixar de ser Presidente da Assembleia, o que acontecerá no próximo ano. Disso, não haja a mínima dúvida.-----

Finalmente, durante a conferência da cultura e história judaicas, foi-me entregue pela Sra. Dra. Adília Fernandes o terceiro dossier – imagino que já há dois anteriores – de recortes de jornais feitos por Campos Monteiro, com algumas anotações. Eu quero que fique registado em ata que irei entregar em mão ao Sr. Presidente da Câmara.-----

Não havendo mais nenhum comentário, mais nenhuma inscrição, vamos passar ao ponto seguinte. Peço imensa desculpa, tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Sr. Presidente da Assembleia, começo por si: nem eu disse, nem quis dizer, que de alguma forma fizemos o que quer que fosse para que a candidatura na Gulbenkian – aliás, eu posso dizer-lhe uma coisa: que a candidatura da Gulbenkian veio-me, só para rubricar, já completamente pronta. Por isso, só para dizer que na gestão – e eu elenquei-os, e irei fazer isso conforme for abrindo o Quadro Comunitário, vou dar aqui nota disso.-----

Sr. António Júlio, eu estou completamente de acordo com aquilo que disse, e lanço-lhe já um repto: é que no próximo ano, a apresentação do livro também não seja na Rota dos Judeus de Celorico da Beira, mas qualquer coisa sobre Torre de Moncorvo. Lanço-lhe esse repto, para ser apresentado lá, com o patrocínio da Câmara Municipal.-----

Entretanto, o Sr. Deputado Alves Salema fez uma questão, que é a candidatura do Parque da Judite. A candidatura do Parque da Judite, a primeira fase são duzentos e noventa e oito mil

euros (298.000€), o valor base. Estamos a falar de valor base, em que oitenta e cinco por cento (85%) é candidatado ao Fundo do Baixo Sabor. Já temos o concurso concluído, já foram apresentadas as propostas, ainda não foi a Reunião de Câmara para deliberar; está no júri para analisar as propostas. Mas, o valor base são duzentos e noventa e oito mil euros (298.000€).-----

Também o Sr. Deputado e Sr. Presidente da Junta, José Manuel Moreiras, questionou o Executivo sobre as fossas. As fossas serão todas as fossas do concelho, é uma candidatura superior a dois milhões e meio de euros (2.500.000€), e será para erradicação de todas as fossas do concelho. O Sr. Presidente da Junta, agora como Presidente da Junta, não lhe digo que seja já amanhã, e que começaremos pelas piores, e os Nozelos são uma aldeia que nos preocupa.-----

Quanto ao campo de jogos, é verdade, eu assumi aqui. Em Reunião do Executivo da Associação dos Municípios do Baixo Sabor foi deliberado que aquele complexo seria passado da EDP para a Associação de Municípios. Isso foi o que foi decidido, no pressuposto de que a EDP já tivesse o acordo – como nos foi referido aí – com o empreiteiro. A EDP, o que nos disse é que já estava, e que iria passar para a associação, ficando a associação com um único e exclusivo dever, que era a manutenção do espaço. Se bem se recordam, a Sra. Presidente de Alfândega da Fé, que é a representante no Conselho Restrito, contra a própria deliberação no Conselho Alargado, foi dizer que a Associação de Municípios não estava interessada naquele espaço. Isso consta de uma ata da Reunião de Câmara, em que eu me insurgi e disse que o Município de Torre de Moncorvo ainda tinha órgãos próprios, que eram a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, para decidir, e não qualquer Presidente da Câmara, fosse favorável à conjuntura, ou não. Essas palavras, e a comunicação aos restantes membros do Conselho Alargado, fez com que houvesse uma reunião alargada dos quatro Presidentes da Câmara – de Macedo, Mogadouro, Alfândega e Moncorvo – juntamente com o ICNF e a com a EDP, e ficou resolvido e deliberado definitivamente que passaria a pertencer à Associação de Municípios. Os quatro municípios, nomeadamente a Câmara Municipal de Moncorvo, assinou inclusive uma declaração a comprometer-se que ficaria com aquele espaço para a BIA não se cumprir. Ou seja, o que estava na BIA era que aquele espaço tinha que ser desmantelado, e tinha de ser reposto o relevo conforme estava anteriormente. A Câmara Municipal assinou essa declaração, as outras Câmaras assinaram essa declaração, e parecia que estava tudo resolvido. -----

Entretanto, somos surpreendidos – e aqui quero dizer oficiosamente, porque não temos nada escrito – que a EDP não tinha chegado a acordo com o empreiteiro, e o empreiteiro pedia, neste momento, oitenta mil euros (80.000€), só, à EDP, para se manter a estrutura do campo de futebol, porque o resto não era possível, era para ser desmantelado. Ou seja, depois de os

quatro municípios terem assinado um protocolo para a alteração da BIA, eis que a EDP vem informar que o empreiteiro afinal já não estava de acordo na cedência daquelas instalações, e pedia oitenta mil euros (80.000€). Como podem ver, em quatro municípios, em que um só é que tem folga financeira, e os outros três estão financeiramente apertados com determinados programas, e sendo certo que Alfândega está com o FAM, ninguém queria assumir este encargo. E a Câmara Municipal de Moncorvo, ainda assim, assumia que se ficasse lá, toda a parte de manutenção seria assumida pela Câmara Municipal. Bom, o que é certo é que até hoje nada mais nos foi dito. Nós não assumimos a aquisição, e a EDP provavelmente... Esqueci-me só aqui, para voltar um bocadinho atrás: os quatro municípios, eles próprios assumiram na extinta Missão do Douro – que agora não existe essa Missão do Douro, existe o Quadro Comunitário 2020, com a Eng.ª Helena Teles – assumiu perante a CCDR, então, para a BIA ser alterada. A própria CCDR começou a trabalhar nisso, e agora estamos todos com uma alteração da BIA e um desmantelamento a correr ao mesmo tempo, pelo que temos aqui um imbróglia jurídico. Oficialmente, eu ainda não recebi que estão a desmantelar – nem eu, nem os outros municípios. Certo? Agora, a passagem da propriedade que nos tinham assegurado, e por isso é que nós fizemos, em reunião com o ICNF e com a EDP, fizemos essa alteração, e essa sugestão de ficar para nós, isso não se veio a cumprir pela parte que estava no meio, que era a EDP. Então, a EDP, o que disse agora é: “Vocês ficam, mas têm que pagar isto.” E daí termos este problema.-----

Só vou realçar também duas situações: pela primeira vez foi exibida a Monstrinha e a Monstra, é um festival de animação que existe há largos anos em Lisboa, e que decorreu em Torre de Moncorvo, e foi um sucesso, porque integrámos o Dia Mundial da Criança nesse evento. Quero-vos dizer que provavelmente para o ano também existirá este festival, mas integrado nos mesmos dias de Lisboa. Vamos fazer uma parceria. -----

Também tenho para vos dizer que, finalmente, foram escriturados os terrenos da Nória. Já não era sem tempo, que se concretizava oficialmente o contrato. Neste momento, já são da Câmara Municipal, quer os terrenos rústicos, quer os urbanos, incluindo as casas no S. Paulo. Portanto, é mais um passo para aquilo que nós queremos, em termos de regeneração urbana, que é fazer um parque verde que vá desde a Corredoura até ao Santo Cristo, regenerando todo o S. Paulo. O projeto está pronto, eu irei trazê-lo aqui em setembro, e depois auscultarei também a vossa opinião para alguma alteração que haja, e também para ouvir as sugestões e alterações. Mas isso, eu vou deixar aqui, porque tem a ver também com um contrato programa que vamos aprovar com o Ministério da Educação para a reabilitação da Escola Doutor Ramiro Salgado.-----

Obrigado.-----



-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **apreciou a "Informação escrita do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal e Financeira do Município"**.-----

PONTO 2 — DELIMITAÇÃO DA ÁREA URBANA.-----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Alves Salema (PS)**, **José Meneses (Coligação PSD/CDS)**, **Luís João Dias (Coligação PSD/CDS)** e **António Júlio Andrade (PS)**.-

-----**O Presidente de Mesa:** Dou de novo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito obrigado.-----

Sr. Presidente, este é um projeto âncora em termos da regeneração do Concelho de Torre de Moncorvo – e digo “do concelho”, apesar de a área de delimitação estar só para a sede do concelho. -----

Qual é a proposta que nós queremos fazer? (Intervenção inaudível) ... incentivos fiscais, e tem a ver também com garantias de conseguirmos aceder a determinadas verbas, quer para a parte pública, quer para a parte privada, poder regenerar, quer edifícios públicos, quer habitações próprias. E este é um compromisso que eu quero fazer aqui convosco. Este projeto, na sede do concelho, tem três partes: tem o centro histórico, que primeiro era o único que era para ser inserido (estamos no centro histórico, medieval e renascentista); tem a zona de expansão, que é a zona de expansão nascente; e temos também a zona de regeneração poente. E na zona de regeneração poente insere-se o que vamos ver ali, que é a candidatura que o Município fez para a reabilitação da Escola Doutor Ramiro Salgado. Inicia por aí, e vai apanhar a zona do S. Paulo, toda aquela parte que faz a ligação ao Santo Cristo, que está pior, foi uma das primeiras zonas urbanizadas, e nunca foi reabilitada. Depois, temos a zona de expansão que vai até à zona desportiva. Ou seja, a sede do concelho, conseguimos integrá-la toda. -----

E o compromisso que eu quero fazer convosco é este: conforme está este Quadro Comunitário de Apoio e este programa, eu penso que as freguesias ficam de alguma forma postas num degrau abaixo. Mas, eu dou-vos este exemplo: se isto for aprovado, um proprietário que aqui

no centro histórico queira reabilitar a sua casa não tem que estar sujeito a algumas regras, nomeadamente a regra do pé direito, a regra de ter painéis solares, não está sujeito a isso. Está sujeito a quê? À caixilharia, mas que deve ser com vidro duplo, à eficiência energética. Só está sujeito à eficiência energética. Mas com isso, tem uma vantagem: é que as obras deixam de estar com o IVA a vinte e três por cento (23%) e passam a seis (6%). E o meu compromisso é este: é que aprovando este programa, que é a Área de Reabilitação Urbana, era depois, na Assembleia de setembro – e atenção, que isto já não é um Programa Operacional do 2020; estou a propor-vos algo que a Câmara Municipal e a Assembleia têm que assumir como um projeto político, que era fazermos um regulamento em que, na questão do IVA, pudéssemos abranger todas as freguesias do concelho. Ou seja, quem quisesse reabilitar uma habitação em qualquer freguesia, que o IVA fosse só seis por cento (6%), e englobando – eu ainda estou a estudar juridicamente isso, mas englobando o princípio da igualdade e de unidade de todo o território. Seria estender esta matéria, sem ser reabilitação urbana – porque não o podemos fazer, estamos em zonas rurais – mas utilizando o mesmo conceito, em termos de impostos, para a reabilitação nas freguesias. Eu acho que conseguimos fazer isso. Mas isto, como vos digo, já é uma opção política que tem que ser a Câmara e a Assembleia a assumir; não pode sair de dentro destes parâmetros, porque isto é uma candidatura.-----

Digo-vos também que esta candidatura é no âmbito do Douro Superior – não são os cinco municípios, são quatro, porque Vila Nova de Foz Côa está na regeneração da Beira. Somos nós, Miranda do Douro, Mogadouro e Freixo de Espada à Cinta, estamos na regeneração do chamado Douro Superior. Mas, isto teve a ver com um conceito prático: os quatro municípios que vos acabei de referir entenderam que esta era a melhor proposta. O Município de Foz Côa quis fazer uma proposta autónoma por uma razão: porque Vila Nova de Foz Côa tinha estado no Côa com a regeneração do centro histórico. E aproveitou para fazer de outra forma – mas isso é com o Presidente da Câmara. -----

Esta é a proposta que temos. O único vetor que não conseguimos incluir na requalificação foram as zonas industriais e as zonas mineiras. Ainda tentámos, de alguma forma, incluir o Carvalhal, mas não nos foi possível, porque o aglomerado não é aglomerado urbano, como é óbvio. E a única parte que o Município de Torre de Moncorvo não incluiu nesta candidatura; tem todas as outras – expansão, desportiva, áreas verdes, regeneração e eficiência.-----

Para vos falar de valores: fase inicial, um milhão e duzentos mil (1.200.000€) para apoios; fase que estamos agora a negociar, são mais dois milhões de euros (2.000.000€). Ou seja, é com esses dois milhões de euros (2.000.000€), se conseguirmos aprová-los, passaríamos para cerca de três milhões e duzentos mil (3.200.000€) de apoio à regeneração urbana, que poderíamos candidatar todas as freguesias com um montante de IVA a seis por cento (6%). Mas esse, em setembro, cá estaremos. Agora, o valor com que quero que fiquem é um milhão

e duzentos mil (1.200.000€), já aprovado, com a aprovação do projeto PARU; negociação, mais dois milhões de euros (2.000.000€).-----

Obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Deputado Alves Salema, faça favor.-

-----**Deputado António Alves Salema:** Da informação do Sr. Presidente, levanta-se aqui uma dúvida, e queria saber, se a proposta de delimitação desta intenção de projeto tem a ver com o âmbito do PDM, dentro do PDM. É apenas reafirmar o espaço que está aprovado já dentro do PDM. -----

E queria saber também se este um milhão e duzentos mil euros (1.200.000€) que já estão certos, se têm já os seis por cento (6%) de IVA.-----

Obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado José Meneses.-----

-----**Deputado José Meneses:** Uma questão simples: nesta proposta de requalificação urbana, a descida do IVA de vinte e três (23%) para seis por cento (6%) é: em mão de obra, na construção total, ou seja, chave na mão, em matérias primas, ou materiais de construção, ou com os fornecedores? Obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Deputado Luís João.-----

-----**Deputado Luís João Dias:** Sr. Presidente, acho muito bem que esta área venha recuperar, ou que esta proposta venha ajudar a recuperar toda a área da sede do concelho. Como frisou, em setembro vai haver uma nova proposta para incluir as outras freguesias do concelho, e eu queria saber por que é que só inclui o benefício do IVA, e não do IMI, do IMT, do IRS, e dos outros benefícios e incentivos, como a redução das taxas, ou isenções.-----

Obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Júlio Andrade, faça favor.-----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Concordo, louvo a iniciativa, louvo o projeto, mas queria chamar apenas à atenção o seguinte: as nossas aldeias também estão a cair. Hoje, em cada casa que está de pé, três já estão a cair, e se nós não olharmos para isso, facilitando

recuperações, etc., estamos mal. E lembrei-me, no decorrer da apresentação, lembrei-me que aqui há uns anos – não sei se era Vereador o Sr. Salema, mas sei que aqui há uns anos, a Câmara de Moncorvo pagou uma série de massa, dinheiros, a um gabinete do Porto, os chamados GIP's, que fez um projeto – na altura, creio que era um projeto integrado de regeneração das aldeias históricas de Moncorvo, meia dúzia de aldeias, sei que incluía um corpo de propostas de natureza agrícola. Já agora, referente à comissão que foi feita, acho que esse projeto previa uma série de propostas do aspeto agrícola, previa no aspeto urbanístico, recuperação de casas, ruas, etc., e previa inclusivamente no aspeto da cultura e do turismo. Não sei se não será bom recuperar essas ideias, e essas coisas, que devem ter ido parar ao caixote do lixo.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado.-----

Sr. Presidente, eu diria que não arrisco rigorosamente nada por falar em nome da Assembleia, dizendo-lhe que, obviamente, estamos abertos, disponíveis, cooperantes para tudo isto. -----
E aproveito para lhe fazer um pedido, Sr. Presidente, e isto tem a ver com outro tipo de documentação, sobretudo isto: se é um regulamento conjunto, faça-nos chegar atempadamente, mesmo que seja a minuta; nós comprometemo-nos a não fazer uso político disso, e imagino que aqui o bem-estar do concelho está acima de qualquer jogo político. Mesmo que seja em minuta, mesmo que seja para alterar, precisamente para nós podermos dar algum contributo, façam-nos chegar o mais cedo possível, que tenho a certeza que todos os deputados farão o seu melhor, e darão as suas contribuições.-----
Dou a palavra ao Sr. Presidente, para responder.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

Quanto às questões aqui propostas, o Sr. Deputado Salema falou, e muito bem, está inserido dentro do PDM, por isso é que temos mais para a frente também o PDM para discutir e aprovar. O PDM continua como instrumento de definição da estratégia municipal ou intermunicipal, estabelecendo o quadro estratégico do desenvolvimento territorial ao nível local, regional, sendo os Planos Territoriais os únicos instrumentos passíveis de determinar a classificação e qualificação do uso do solo, bem como a respetiva execução e programação.----
Quanto ao que o Sr. Deputado José Meneses, e Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo, perguntou, os seis por cento (6%) é uma abrangência geral, obviamente, porque decorre da Lei.-----

E passo já ao Sr. Deputado Luís João, para lhe dizer: quando eu falei do IVA e do IMT, por isso é que eu disse, tem que ser uma proposta política da Câmara e da Assembleia, porque o que decorre da Lei são regalias fiscais decorrentes do próprio Orçamento de Estado para as ARU's.

Ou seja, são aqueles impostos que o Poder Central pode mexer, e que incluiu nas ARU's. Portanto, nós temos de arranjar aqui uma solução para aqueles que são nossos – e por isso eu não falei do IMT, ou do IMI, porque são impostos cuja receita é da Câmara Municipal, se não pagar, a Câmara também não vai receber. E portanto, temos que ver esta parte política, mas que é decorre da aprovação da ARU. Nós só podemos passar para essa fase após esta aprovação. E devo dizer-vos que esta foi discutida amplamente, teve alterações ao próprio projeto que a empresa que coordena, a MTI, nos propôs, e nomeadamente aqui no centro histórico, porque englobámos todos os pontos de interesse, que não estavam. Portanto, a partir desse momento é que podemos passar para um projeto mais amplo. O meu compromisso é estudar essa situação, enviar, então – e peço aos serviços que logo que tenham essa proposta, para enviar para a Assembleia, para todos os Srs. Deputados – o compromisso é encontrarmos uma solução para poder dar um incentivo para nas freguesias se recuperar as habitações.-----

Sr. Deputado, a questão é mesmo essa, por isso é que nós queremos, com esse estudo, rever essa situação e implementá-la, e termos só um documento único, que é o PDM. Depois, sim senhor, se vier pedir o que quer que seja, tem uma série infinda de regulamentos. Eu digo-lhe que dou os parabéns a quem não desiste a meio, porque é o PDM, é a Lei dos Solos, depois tem a ver se tem a Legislação Geral, depois tem a Direção Regional de Cultura, tem uma série de coisas. O que nós queremos, com a alteração ao PDM, e com a ARU, é que haja um documento único em que as pessoas sabem quais os documentos que têm de entregar, e qual é a Legislação por que rege, que é só o PDM. Vamos ver se até nós conseguirmos ter isso preparado, o PDM completamente preparado – e são três anos – se não haverá outra alteração legislativa. Vamos ver, porque estamos a trabalhar com a atual. Eu acho que esta é propícia a que nós queremos fazer: primeiro, a sede do concelho, e depois estender às freguesias.-----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Pedia aos serviços que registassem a presença do Sr. Deputado José Manuel Aires, para que as votações, a partir de agora, contem também com este deputado.-----

Vamos fazer um intervalo de cinco minutos, então.-----

-----/-----

-----**O Presidente de Mesa:** Retificações: primeiro, houve um erro por parte dos serviços. A carta recebida não era da deputada Maria Vitória Andrade Lázaro, mas Magali Isabel Sebastião Amador, e para essa sim, foi pedida a sua substituição. -----



O segundo erro é meu, ao registar a entrada do Sr. Deputado José Manuel Aires. Já chegou fora da hora, e o Regimento não permite que ele participe, enquanto deputado, nesta Assembleia. Obviamente, se quiser intervir, tem o direito de intervir com o público, no final.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, deliberou **por unanimidade aprovar a “Proposta de delimitação da área de reabilitação urbana”**.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTO 3 — CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS.

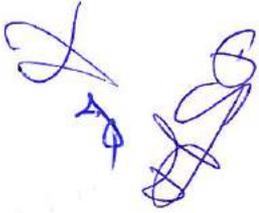
-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Alves Salema** (PS) e **Luís João Dias** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Peço ao Sr. Presidente da Câmara que faça a apresentação do Ponto n.º 3, que ao que me foi dado a ver, é um pouco a repetição da opinião que veio do ROC, já quando fizemos a aprovação de contas, em abril. Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados. Este ponto é sobre o relatório do ROC, sobre a consolidação de contas.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Dava a palavra ao Sr. Deputado Alves Salema.-----

-----**Deputado António Alves Salema:** Pois, como disse o Sr. Presidente, isto é mais ou menos um apanhado da conta de gerência, e nós já nos pronunciámos sobre a conta de gerência. Mas, no entanto, quero dizer que li com atenção a certificação legal das Contas de Gerência através dos Revisores Oficiais de Contas, e li o relatório do Sr. Presidente da Câmara também. Apesar das reservas dos Revisores Oficiais de Contas, que estabelecem a obrigatoriedade de implementar o sistema de contabilidade analítica, e uma vez que ainda não se encontra instalado, penso que o problema terá de ser resolvido ainda neste mandato. Todos nós sabemos que são tarefas complicadas, mas tem que se apostar neste sentido.-----



No entanto, ao ler a certificação legal de contas, aquando da consolidação, verificamos que os resultados se apresentam de uma forma verdadeira e apropriada em todos os aspetos materialmente relevantes. Isto é dito pelo Revisor Oficial de Contas. Mas, como Roma e Pavia não se fizeram num dia, esperamos que o trabalho continue no bom caminho e se vão cumprindo todos os requisitos legais, aqueles que são apontados pelos técnicos, nomeadamente no aprovisionamento e noutras situações que já vêm de trás, e que eu digo que estas situações devem ser pensadas e resolvidas, pelo menos neste mandato.-----

Também aqui, quanto ao Laboratório Regional de Trás-os-Montes, das águas, eu pensava que o mesmo já não existisse, uma vez que não tem qualquer movimento. Eu perguntava ao Sr. Presidente se a Câmara Municipal ainda faz lá algumas análises de água, se faz algum serviço prestado para a Câmara Municipal, já que somos sócios. Porque o grande problema que se colocava na altura – e então eu era Vereador – como tínhamos que fazer concurso para as análises de água anuais, nós não podíamos diretamente entregar ao nosso laboratório esse trabalho, e observávamos o seguinte: perdíamos sempre com os preços, com outros laboratórios, e era a razão por que nós não lhe dávamos movimento. Reuni várias vezes com as pessoas, reunimos com as pessoas, mas estávamos impedidos de entregar os concursos, ou o concurso analítico durante o ano. Portanto, eu pensava até que isto estava desativado. No entanto, se não está desativado, pouco deve interessar ao Município.-----

Também gostaria de saber: a participação de vinte por cento (20%) na Sociedade GesturDouro, gostaria de saber qual a situação desta dita sociedade. Fui sempre contra isto, nunca compreendi bem, e agora vê-se uma casa abandonada, a cair aos bocados, e qualquer dia aproveitam-se apenas as paredes, e se se aproveitarem.-----
Era só.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado. Eu vou passar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. Mas antes, lembrava o Sr. Deputado Alves Salema que este relatório diz respeito a 31 de dezembro, e portanto, as afirmações sobre contabilidade analítica e sobre a gestão de stocks, espero eu – pelo menos as informações que tenho da Câmara Municipal, é que já não será assim.-----

Relativamente à questão da GestDouro, também relembro que nós já tivemos aqui uma deliberação, pedindo à Câmara Municipal que atuasse, mesmo judicialmente, e gostaria que o Sr. Presidente, já agora, nos esclarecesse sobre qual é o andamento do processo.-----
Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

Sr. Deputado, obrigado pelas questões levantadas. Como o Sr. Presidente da Assembleia referiu neste momento, este é um relatório analítico a 31 de dezembro de 2015. E no ponto das reservas, o próprio Revisor Oficial de Contas diz o seguinte: "O Município efetuou inventário geral reportado ao fim do ano de 2015. Todavia, pelo facto de não haver saldo inicial, existência de inventário de stock...", que não existia até ali, "... impossibilita-nos de formar opinião." E depois prossegue: "foi iniciado o levantamento de todas as obras participadas", todas, "construídas com apoio de subsídios com origem nacional ou comunitária, e encontraram-se registadas em imobilizado em curso." Daí resulta a discrepância que existia entre o passivo e a dívida. E que ainda existe – neste momento, cinco milhões (5.000.000€) foram já reportados e colocados na respetiva rubrica, mas ainda temos sete milhões (7.000.000€) com obras deste tipo registadas em imobilizado em curso. Aliás, para terem uma ideia, a obra da estrada que liga o Felgar ao Souto, veio agora a CCDR informar que não contemplava trabalhos a mais, uma vez que o aviso não previa aquele financiamento, e intimou a Câmara Municipal para, no prazo de dez dias, entregar cerca de trinta e cinco mil euros (35.000€). Só para verem, isso é uma obra do século passado. E este tem sido também um problema – não é só da Câmara, também é das entidades gestoras.-----

Referiu também que o trabalho ainda não foi concluído, e espera que em 2016 fique concluído. Eu também espero, sinceramente, apresentar-vos a próxima Prestação de Contas com a situação patrimonial regularizada, estarei muito mais à vontade se o próprio ROC referir isso no relatório. Como já referi, estamos a trabalhar desde 2007 até agora.-----

A segunda questão, e que vai ao encontro da questão do Sr. Presidente da Assembleia, tem dois pontos. Eu fiz questão de referir, no meu relatório – que o Revisor Oficial de Contas consolidou as contas do Município com duas entidades: o Laboratório Regional de Trás-os-Montes e com a Sociedade GesturDouro. Eu quero dizer-vos que esta consolidação não é obrigatória; agora já há jurisprudência definitiva sobre isto, e passou a ser só obrigatória a consolidação com qualquer entidade onde o Município tenha posição maioritária. Ou seja, neste momento, ao invés do que era na anterior Legislação, agora só posição maioritária, ou o conjunto de municípios participantes tenham a posição maioritária, o que é importante. O Laboratório Regional de Trás-os-Montes, este ano, remeteu-nos o relatório e até tivemos uma participação nos lucros. Infelizmente – e eu digo isto, infelizmente, porque apesar de sermos sócios, temos que abrir Concursos Públicos para fazer as análises da água a que a Autarquia é obrigada. E desde que eu estou aqui, concorreram sempre, mas nunca conseguiram ganhar, porque há entidades privadas que concorrem com preços muito mais baixos. Portanto, cumprimos a lei, e entregamos a quem tem o preço mais baixo. Mas, de qualquer forma, eles existem, temos sido convocados para as Assembleias Gerais, e este ano até tivemos proveitos.-----



Quanto à participação dos vinte por cento (20%) na Sociedade GesturDouro: foi feita pelos serviços uma notificação de pré-contencioso para virem apresentar contas e dizer quem são os gerentes. Fizemos também uma participação do Técnico Oficial de Contas, e uma notificação pré-contenciosa ao próprio técnico, para vir entregar os documentos. E tivemos uma Assembleia em que nos foi referido que a participação global, incluindo a do Município – porque nós notificámos também, a dizer que o Município queria alienar os vinte por cento (20%); aliás, por uma razão muito simples: quando foi para integrar, eu votei contra essa integração, e esta participação, e entendo que isto não tem pés nem cabeça. Entretanto, foi-nos dito que a participação global da Sociedade ia ser colocada à venda, e que iríamos ter uma Assembleia Geral para breve. Passa de um milhão de euros (1.000.000€), como me foi referido, e que haveria já eventuais interessados. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Um milhão de euros (1.000.000€), o ativo ou o passivo?-----

-----**O Presidente da Câmara:** Não, o resultado da venda. Mas, até vos posso dizer: a primeira proposta era de um milhão, oitocentos e cinquenta mil euros (1.850.000€). Eu, só quando vir, acredito. Agora, há circunstâncias que podem levar a que se adiante este tipo de situação, nomeadamente, a ser verdade – e aqui ponho-vos “a ser verdade”; o Sr. Secretário de Estado da Energia telefonou-me há coisa de três semanas, sobre a possibilidade de o Município organizar aqui a assinatura do contrato da concessão das Minhas, aqui em Torre de Moncorvo. Estamos na fase final de consulta pública, e o Sr. Secretário de Estado gostaria, conjuntamente com o Ministro, que se procedesse aqui à assinatura. E agora, isto é o que eu penso: obviamente que as infraestruturas que estão no Bairro da GesturDouro interessarão ao concessionário. Mas, isto sou eu a pensar, que será assim. Vamos ver se estarão à espera também da assinatura do contrato de concessão. Não sei. -----

Portanto, da nossa parte, cumprimos com o que havia sido aqui deliberado, fizemos duas notificações pré-contenciosas e notificámos também em termos da Autoridade Tributária. Mas isso foi porque nós temos que reportar o que é que temos; não temos informação, e portanto, reportámos à Autoridade Tributária. Se nos quiserem dar essa informação, estaremos cá. Pronto, mas isto é o que vos digo: foi “uma reunião”, uma Assembleia em que estive, foram-me dados a conhecer estes pontos, espero que tudo se resolva por bem. Penso que quer a parte societária privada, quer a pública, têm a ganhar se a venda se concretizar. A Câmara também não quer dificultar este processo. E estamos nesta situação. Eu quis trazer isto para todos terem conhecimento do que se passa. Apesar de não ser obrigatório, quero que as contas sejam consolidadas, com estas duas sociedades, uma que não tem problemas, mas a outra pode vir a ter.-----

Obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Deputado Luís João, faça favor.-----

-----**Deputado Luís João Dias:** Era só por causa do Laboratório Regional de Trás-os-Montes e Alto Douro. Eu, na minha vida profissional, já contratei este laboratório várias vezes, presta um serviço à economia local único, porque a maior parte das análises que eles fazem, mais ninguém faz; se não fosse esse laboratório, teria de enviar essas análises para o Porto. Por isso, acho que, neste caso, mesmo que os municípios não tenham proveitos, e tenham alguma despesa, fomentam a atividade económica. Acho que o Município de Moncorvo nunca devia sair deste laboratório.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **apreciou e deliberou por unanimidade aprovar a "Consolidação de Contas"**.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 4 — RECRUTAMENTO DE PESSOAL.-----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **António Alves Salema (PS)**.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Este ponto da situação vem ao encontro do que já estávamos a trabalhar em termos do Mapa de Pessoal, e que trouxemos aqui para termos autorização para abrir procedimentos. Trata-se dos lugares vagos que existem no Quadro: dois de engenheiro do ambiente, dois de engenheiro civil, um de (intervenção inaudível)... um técnico de informática, quatro assistentes operacionais, e um de engenharia florestal. Foram abertos – os concursos, como sabem, têm que ser com quem já esteja na função pública, e portanto, teve que se ver quem tinha vínculo com a função pública. Houve vários candidatos, posso contar-vos algumas das situações mais caricatas. Tivemos um engenheiro civil que veio aqui, mas

tinha sido sempre fiscal na Câmara de Macedo de Cavaleiros, e portanto, a área dele era essa, mas tirou licenciatura, com mérito. E portanto, como tinha vínculo, pôde concorrer, só que depois não veio, faltou ao exame. Tivemos um engenheiro do ambiente que era guarda noturno. Mas, como era numa empresa pública, também tinha o vínculo, e concorreu. Obviamente, depois faltou. Temos esta situação, que vamos ter que abranger agora toda a gente, quem puder concorrer. Já passámos a primeira fase, e agora, quem vier a seguir, para concorrer. -----

De realçar que as despesas com pessoal a 31 de dezembro de 2015 eram superiores, mesmo com estas contratações, que nós agora temos que ter já o montante afeto a uma possível entrada – se houvesse pessoas com vínculo, e tivessem todos entrado, o nosso Orçamento já tinha isso previsto. Mesmo assim, é inferior em quase duzentos mil euros (200.000€) ao que era em 2015. Portanto, estamos a cumprir as legalidades todas, temos necessidade de pessoal. Nos assistentes operacionais vai ser mais fácil, porque temos pessoal a trabalhar para a Câmara, um há onze anos, outro há nove, com recibos verdes, e temos que legalizar essa situação. Não veio ninguém da função pública porque temos este problema: nenhum operador de máquinas, que ganha quinhentos euros (500€), muito à vontade, por semana, ou se calhar em dois ou três dias a trabalhar, vem para a Câmara a ganhar quinhentos e trinta (530€) por mês. E nós já tivemos este problema aqui na Câmara, contratámos e foi embora, e bem, e agora temos aqui esta situação também para resolver. Portanto, aqui é depois de passarmos a autorização que esta Assembleia também já nos deu para abrir à função pública, uma vez que ninguém veio, estamos agora aqui a abrir o Quadro à comunidade de licenciados a nível nacional, para ver quem é que concorre.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Deputado Salema, faça favor.-----

-----**Deputado António Alves Salema:** Pois muito bem, se o recrutamento de pessoal é para resolver situações, em primeiro lugar, e dar melhores condições operacionais aos serviços, estamos plenamente de acordo. Portanto, eu só queria saber: os lugares vagos são doze? Vão-se pôr a concurso estes doze lugares para os diversos serviços? Muito bem, estamos de acordo.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Sr. Deputado António Salema, são os mesmos para que deram autorização para o recrutamento de pessoal com vínculo à função pública, não se alterou nada.

Temos é aqui o que fazemos também todos os anos – mas não é para o Quadro – que são os técnicos superiores das AEC's, os assistentes técnicos e os assistentes operacionais. Estes aqui, todos os anos vêm à Assembleia, que é para, no próximo ano, podermos abrir o concurso. Esses são os únicos que no anterior foram abertos para quem tinha vínculo à função pública, que estão aqui, e que aproveitámos para trazer todos, para em setembro já estar tudo a funcionar. O restante é exatamente igual à autorização que os deputados nos deram para abirmos ao vínculo da função pública.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 33º da Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março, deliberou **por maioria**, com 23 votos a favor e 1 abstenção (do deputado António Júlio Andrade (PS)) **autorizar a “Abertura dos procedimentos concursais”**. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 5 — CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS.

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **António Alves Salema (PS)**.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Contratos interadministrativos: esta é uma modalidade que nasceu com a nova Legislação – se assim podemos chamar-lhe – com a nova Legislação da transparência. Como sabem, na vigência da anterior lei, podia o Executivo Municipal fazer com os Executivos das Freguesias qualquer tipo de acordo, fazia a obra, e não tinha que trazer a conhecimento da Assembleia Municipal. Esta foi uma alteração que deu mais poder à Assembleia Municipal para fiscalizar o Executivo. O Executivo propõe à Assembleia Municipal a aprovação dos contratos interadministrativos a celebrar com as freguesias e respetivos montantes a transferir. -----

Passo a explicar a finalidade dos contratos interadministrativos. O que está agora no ecrã, com a Junta de Freguesia da Lousa, é o único que é assumido integralmente pela Câmara Municipal. É um daqueles que já vinha nos inúmeros planos municipais, mas que nunca tinha



sido concretizado. Tem duas razões de ser: primeiro, tem a ver com a Proteção Civil; segundo estava em todos os Planos das Atividades Municipais, ao longo dos anos, e definitivamente resolveu-se. O contrato celebrado com a União de Freguesias de Felgueiras Maçores foi para cumprir o acordo celebrado com a freguesia de Felgueiras à data da venda da antiga escola primária que previa que o produto da venda seria aplicado na pavimentação de acesso à Capela de N.ª Sr.ª dos Prazeres.-----

União de Freguesias de Adeganha e Cardanha, o objeto é a pavimentação da estrada da Portela - Estevais, que está no contrato com a EDP. Nesta, a Câmara acordou celebrar um contrato interadministrativo com a Junta de Freguesia da Adeganha e Cardanha para pavimentação da estrada.-----

Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo, é também para intervenções acordadas com a EDP, tirando duas pequenas parcelas, que, para ser mais exato, a que liga a nova avenida até à Rua Adriano Leandro, é um pequeno troço que já existe. Tirando essa, é a pavimentação – para todos sabermos onde são: desde a casa do Sr. Cascais, a ligação ao Olival das Bolas. Está feito, tem o saneamento, tem tudo, é essa parte só que está ali, a única que saiu do âmbito da EDP.-----

Com a Freguesia de Carviçais, temos o POCUR, que é, como vos falei, a pavimentação já do saneamento da Macieirinha, só. Este aqui é uma candidatura com as Águas de Portugal, e temos que repor a pavimentação – para concluir a obra. Espero, para o ano, conseguir contemplar as Juntas de Freguesia, que faltam, com contratos interadministrativos, mas também apelo aqui aos Srs. Presidentes da Junta, a todos – aliás, já falei isso, penso, com o Sr. Presidente da Junta do Larinho. Espero que estejam atentos às aberturas dos programas operacionais do Quadro Comunitário Portugal 2020 efetuar candidatura, a outros programas. As pavimentações, foram erradicadas do Portugal 2020. Temos que fazer desta forma. As Juntas de freguesia têm que fazer candidaturas que respeitem as regras dos avisos publicados no âmbito do Portugal 2020. -----

Estou a pensar, por exemplo, na Junta de Freguesia do Larinho para pavimentação, o acesso, que pode entrar na regeneração urbana, que bem precisa, mas não podemos dizer que é asfalto; é regeneração urbana. Estou a pensar também em Urros, na parte que já conversei com o Sr. Presidente da Junta, sobre a requalificação do santuário; foi feita e requalificado o santuário do Felgar. Para já, são estas Juntas de Freguesia. -----

A Freguesia da Açoreira teve uma pavimentação que foi assumida pela Câmara Municipal. A única que nos falta, é a Freguesia de Mós, mas quando tivermos possibilidade de efetuar uma candidatura para a Fonte Romana, que já está a ser requalificada pela Junta de Freguesia. Serão essas as candidarmos, mas teremos outra oportunidade para fazer a ligação de passeios pedestres. -----

E serão esses que virão brevemente à Assembleia Municipal.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Deputado Salema, faça favor.-----

-----**Deputado António Alves Salema:** O Sr. Presidente falou no meu nome; na altura, já lá vão muitos anos (dezassete, vinte anos), mas eu recordo-me que essa obra esteve sempre em vários Orçamentos, mas só localmente, para avançar, havia ali sempre problemas, por onde é que ela havia de passar, por causa do cemitério, nunca ninguém se entendeu, Câmara e Junta de Freguesia. Portanto, é boa notícia, porque os carros da Proteção Civil, nomeadamente dos bombeiros, precisam desse escape para atuarmos na Freguesia da Lousa. -----
Eu queria perguntar ao Sr. Presidente, são seiscentos e oito mil, cento e trinta e nove euros (608.139€), se ainda é para este mandato a conclusão destas obras.-----
Era só.-----

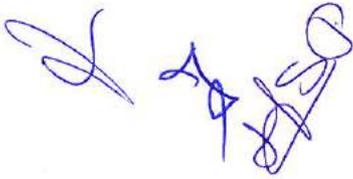
-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente, não se importa de responder? Muito obrigado.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Sr. Deputado António Salema, será para este mandato o lançamento. O contrato interadministrativo vai ser assinado e estão previstos cinco por cento (5%) para este ano, e noventa e cinco por cento (95%) para o ano de 2017. De qualquer forma, devo dizer que o montante já está assegurado pela Câmara Municipal, para poder ser posta a concurso ainda este ano e ser transferida a verba para a Junta de Freguesia e ser liquidado até ao final do mandato. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Faça favor Sr. Deputado.-----

-----**Deputado António Alves Salema:** Enquanto falou o Sr. Presidente da Câmara, eu desafiava-o a uma outra intenção, e essa era arrojada, e estava-me a lembrar da variante de Maçores. Evidentemente que é uma obra um bocado complicada, mas que era muito necessária para uma boa acessibilidade para as aldeias ditas trás da Serra. Acho que num futuro Quadro Comunitário poderíamos também encarar essa hipótese.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado. Faça favor, Sr. Presidente da Câmara.-----



-----**O Presidente da Câmara:** Aliás, no meu primeiro mandato como Vereador – já lá vão uns anos, mas a primeira vez que (intervenção inaudível) ... autárquicas aos cidadãos de Torre de Moncorvo (intervenção inaudível) ... na altura, era o tempo das vacas gordas... (intervenção inaudível). Mas, nesse tempo, tínhamos isso, Souto da Velha e Maçores. Era uma coisa engraçada. Ainda me lembro (Intervenção inaudível)... muito do que muitas vezes se passava. Depois, vamos ver quem os consegue entender, principalmente aos privados. E o Sr. Deputado Ademar deve-se lembrar, nos anos em que estive como Presidente da Junta, as inúmeras vezes (intervenção inaudível) ... à porta. Ou um, ou outro, que não se chegava a acordo de montantes, ou porque não se chegava a acordo de parcelas, ou porque um queria construir uma casa, outro porque o filho vinha, e não se podia deitar abaixo, foi para ali uma confusão. Recordar-se disto? Seguramente porque ele esteve na primeira linha dessa tentativa de chegarmos a acordo. E eu tenho pena que não se tivesse (intervenção inaudível) ... que era um dos projetos que tinha unanimidade em termos das forças políticas que concorriam. Na altura, lembro-me que... (intervenção inaudível). Devia ser das poucas. E até toda a gente brincava, porque era variante, ou circular externa de Maçores, era assim que era apelidada. Mas, nesse tempo, havia Quadros Comunitários de Apoio específicos para isto. Não nos podemos esquecer agora que o betuminoso foi erradicado por completo do Quadro Comunitário de Apoio. E eu pensei que quando o Sr. Deputado Alves Salema levantou esta questão, fosse mais além. E aí, eu dava-lhe todo o apoio, e até era capaz de lhe dizer assim: preferia fazer essa obra e perder o mandato (intervenção inaudível) ... a essa obra. Essa é que era. E quando digo “perder o mandato”, não digo perder o mandato nas urnas; digo “perder o mandato” administrativamente, que era a obra Junqueira – Adeganha. Essa, penso que era a obra essencial no Concelho de Torre de Moncorvo para fechar a malha urbana do concelho. Reparem que a Junqueira (intervenção inaudível) ... podiam fazer cerca de seis quilómetros (intervenção inaudível) ... Mas, temos ali um problema – e eu agora assumo aqui, se quiserem fazer uso dele, podem fazer: no âmbito do FEM, o Fundo de Emergência Municipal, vamos com essa obra para a frente (intervenção inaudível) ... obra de reestruturação, e quem passar lá hoje não tem nada a ver com o que era. Eu tenho que contar aqui esta história: quando tomei posse a primeira vez, (intervenção inaudível) ... não foi por causa dessa obra; a Câmara Municipal tinha perdido (intervenção inaudível) ... terrenos onde hoje passa (intervenção inaudível) ... Presidente da Junta (intervenção inaudível) ... com a proprietária dos terrenos, para a estrada (intervenção inaudível) ... e com mais alguns metros. Chegámos a esse acordo, o processo ficou findo em tribunal, mas já o tínhamos perdido em sede de recurso. Então, passou-se para a fase seguinte, que foi uma candidatura. E como é que foi feita a candidatura? Fecho da malha urbana, e dizer uma coisa muito simples: que as pessoas tinham que estar ligadas administrativamente, pessoal e afetivamente – ainda não estava cá o Marcelo com a

política dos afetos, mas nós já dizíamos que afetivamente tinham que estar ligados à sede de concelho, e que a partir daí, a malha urbana de Torre de Moncorvo ficaria fechada. Aliás, foram feitos, na mesma candidatura, dois projetos: era esse e a ponte que liga à Foz do Sabor. Foram as duas que foram entregues. Resposta da CCDR, e o Presidente da Comissão aqui nesta sala: que iria ver o que é que se podia fazer (intervenção inaudível) ... que o Quadro Comunitário de Apoio apoiava a oitenta e cinco por cento (85%). Tudo bem, a última milha, o último quilómetro, e nós fizemos o enfeite do embrulho através disso. Bom, qual não é o nosso espanto – e é por isso que depois nós temos aqui outro documento à frente – as sedes de distrito, e principalmente a malha urbana do litoral, veio contra esta situação, a própria CCDR não conseguiu fazer passar isto em Bruxelas, mas continua o “last mile”. E o que é que dizia o “last mile”? Estão fora deste programa a ligação entre freguesias ou pessoas, mas mantém-se a ligação às zonas industriais. Ou seja, ficámos na mesma. Para os municípios do interior, essa verba – e são uns largos milhões de euros – foi zero. Não podemos fazer asfalto para ligar pessoas, mas podemos fazer para ligar zonas industriais. Ora, nós, felizmente, não precisamos para zonas industriais, ficámos com essa candidatura fora. Agora, no âmbito do FAM, como houve diversas derrocadas, e há necessidade de alguns caminhos rurais serem repostos, e como nós temos verba suficiente para os caminhos rurais – se bem se recordam, o Sr. Deputado Luís João, na altura dizia até que havia pouca verba e que devíamos reforçar, e reforçámos – candidatámos essa obra, essa e mais, aqui abrangemos quase as freguesias todas. Tudo o que foram derrocadas, abrangemos. E colocámos essa também, porque estava intransitável, não se conseguia transitar. E neste momento, se forem lá, já tem tuvenan, já dá perfeitamente para transitar, foram colocados os desvios de água, e neste momento temos ali um estradão que já é possível. Mas, temos, efetivamente, de lhe colocar betuminoso. Não há hipótese, tem que ser. E vem o Diretivo do FAM com uma pergunta, assinada pelo Diretor, em circular, a dizer assim: Por que é que a Câmara de Moncorvo se está a candidatar para caminhos rurais para as freguesias se tem em Orçamento dinheiro suficiente para o realizar? Ora, foi o que eu quis ouvir. Então, se temos, vamos andar, e fizemos esse caminho. Mas, tinha que vir logo mais alguém a complicar a situação. E então, temos ali – são seis quilómetros – temos ali um troço com um quilómetro e meio, salvo erro – o Sr. Presidente da Junta conhece melhor do que eu – um quilómetro e meio primeiro, e depois dois em cima. Qual é o problema agora? Sim senhor, nesse intervalo podemos pôr betuminoso; no intervalo que entra em reserva natural, ou em reserva, que o ICNF entende como reserva, não podemos pôr betuminoso. E o ICNF veio dar um parecer negativo ao próprio projeto. Qual foi o argumento que nós arranjámos? Então, pronto, sim senhor, nós fazemos betuminoso nesta parte, e deixem-nos pôr paralelo, porque é absorvente, não tem problema para o solo. Deixem-nos pôr paralelos. Bem, estamos à espera, e os senhores nunca mais respondem. E por isso é que eu



digo: prefiro perder o mandato administrativamente e ter essa obra realizada, porque acho que é de inteira justiça para as populações. E podíamos já tê-la realizado, porque o empreiteiro que ganhou uma das obras, que era Portelas – Estevais, não tem mais nada: coloca as máquinas na Junqueira para começar a fazer aquilo. A Câmara foi avisada com as máquinas já lá, nós não sabíamos de nada. Foi preciso ir lá o fiscal e explicar-lhe que não era aquela obra, ????. Ou seja, se a tivesse feito, já estava feita; eu não sei se fiz muito bem em lhe dizer que não era aquela obra, porque já estava feita. Mas, depois podíamos ter os problemas decorrentes daí, até porque o processo está em análise. E essa, Sr. Deputado, é que eu acho que é, neste momento, a obra mais estruturante para fazermos de imediato. Obviamente que depois todas as outras são importantes, e todas as populações têm igual dignidade e igual importância. Estamos a fazer alguns melhoramentos também em Maçores. Quero-vos dizer que naquela União de Freguesias de Felgueiras e Maçores, o que não for gasto na obra pertencente à Escola de Felgueiras será utilizado – já tenho o acordo do Sr. Presidente da Junta, que será gasto em Maçores, para fazer obras que a população pediu. E portanto, pediu à Junta de Freguesia, ao Sr. Presidente da Junta, e nós acedemos, por bem, fazer essas obras. O que não for gasto – apesar, e quero dizer isto, apesar de ser da venda da Escola Primária de Felgueiras, será utilizado em Maçores, para algumas pavimentações que entendam necessárias, nomeadamente num estradão que está lá, dos Castanheiros, porque é difícil para o trânsito agrícola. E portanto, será feito dessa forma.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea k) no n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por unanimidade, autorizar a celebração dos “Contratos Interadministrativos”**. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 6 — REVISÃO ORÇAMENTAL.

-----Não houve intervenções neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Sr. Presidente, esta é a 1.^a Revisão Orçamental, que foi votada por unanimidade, e tem a ver com duas situações. Estamos a falar de noventa e seis mil euros (96.000€), que está em termos de inscrições e reforços. -----

Para vos explicar muito facilmente de que é que se trata: vinte e um mil euros (21.000€) – nós, quando aprovámos o Orçamento, e o Plano de Atividades Municipal, e o PPI, não tínhamos a rubrica “Viadutos, arruamentos, obras complementares”, que é a construção da zona industrial. E não tínhamos porque estava concluído. Entretanto, surgiu um pedido, que já havia sido aprovado em 2012 ao empreiteiro, que era uma revisão de preços, uma revisão de preços que tinha sido pedida, tinha sido aprovada, e nunca tinha sido paga. Ora, a Câmara Municipal já não tinha essa rubrica em Orçamento. O empreiteiro veio, neste momento, novamente pedir, foi pedido aos serviços para analisarem a situação, e por informação do Sr. Eng.º Duarte Martins, já estava desde 2012 efetivamente aprovado. Portanto, tivemos de inscrever essa rubrica para podermos pagar – se já está aprovado, temos que o pagar. São vinte e um mil euros (21.000€).-----

Os setenta e cinco mil euros (75.000€), é uma inscrição de uma rubrica nova, que é “Escolas”, e que vos falei na ARU. O Município de Torre de Moncorvo, juntamente com o Município de Moimenta da Beira, o Município de Murça, Lamego, Vila Real e Carraceda da Ansiães – são seis escolas – viram aprovadas, três delas pela DGEstE, e outros três pelo Ministério da Educação, viram aprovadas verbas para a recuperação das escolas secundárias. Ora, como vocês sabem, as escolas secundárias não são da responsabilidade das Câmaras Municipais. A necessidade – e vamos ter também isto à frente – é o Ministério da Educação passar para a Câmara Municipal a titularidade da obra – ou seja, passamos a ser o dono da obra – para podermos investir, porque esse investimento é dado à Câmara, não é dado à escola. No fundo, vamos ter aqui uma repetição do que foi o Centro de Saúde: o Centro de Saúde é do Ministério da Saúde, mas o responsável e titular da obra, o dono da obra era a Câmara Municipal. E foi-nos aprovada uma verba de dois milhões e meio de euros (2.500.000€) – que é o contrato de que depois falarei melhor quando analisarmos o contrato – que será para ser executado em 2017/2018. Mas, a candidatura tem que ser feita até 31 de outubro deste ano. E a candidatura exige o quê? Exige o projeto. Portanto, aqueles setenta e cinco mil (75.000€) têm a ver única e exclusivamente com o projeto para candidatar-mos a esses dois milhões e meio (2.500.000€), está coberto a cem por cento (100%). Está coberto a cem por cento (100%) por quê? Porque os dois milhões e meio (2.500.000€), o projeto pode ter até cinco por cento (5%). E portanto, setenta e cinco mil (75.000€) não chega a cinco por cento (5%) de dois milhões e meio (2.500.000€), este é a cem por cento (100%), se bem que tem que ser a Câmara a primeira a pagar, e depois é reembolsada. -----



Portanto, são duas inscrições de rubricas, uma para pagamento de dívida, vinte e um mil euros (21.000€), a outra para o projeto com que fomos contemplados, de dois milhões e meio (2.500.000€). Muito obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro deliberou **por unanimidade aprovar a "Revisão Orçamental"**.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTOS 7 E 11 — ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E PROJETO DE REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE TORRE DE MONCORVO.-----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **Luís João Dias** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, quer falar-nos sobre esta iniciativa do Orçamento Participativo?-----

-----**O Presidente da Câmara:** O projeto do Regulamento do Orçamento Participativo, podemos dividi-lo aqui em dois: o primeiro, o montante a afetar ao Orçamento de 2017, em que é proposto vinte e cinco mil euros (25.000€), um montante global de vinte e cinco mil euros (25.000€); e depois, um segundo, que é o projeto de regulamento propriamente dito. -----
E no projeto de regulamento, foi aprovado por unanimidade, mas em conversa com alguns Srs. Deputados, há aqui algumas alterações a fazer, nomeadamente na nota justificativa, onde se diz: "Na nova forma de governar a vila e o território" será "na nova forma de governar o Município e o território" – isto logo na nota justificativa. No art.º 9.º, n.º 1: "A Comissão de Análise Técnica das propostas é composta por três pessoas nomeadas pelo Presidente da Câmara Municipal", e em vez do ponto final, seria vírgula, "após deliberação da Câmara Municipal." E depois, no mesmo artigo, no prazo dos recursos, e apesar de no Código do Procedimento Administrativo, quando temos um prazo para intentar ação, um prazo de recurso,



depois a resposta, é idêntico, mas para ficar de forma clara, no Ponto n.º 4: “Após a análise técnica das propostas, será elaborada e divulgada uma lista provisória das propostas acolhidas para que no prazo de dez dias possam ser apresentados eventuais recursos, e após receção e no mesmo prazo ser proferida decisão.” São estas as três propostas que temos. -----

Por quê o Orçamento Participativo agora? Primeiro, porque temos já um Orçamento equilibrado e podemos fazer mais um cumprimento de uma promessa que estava – eu digo “no nosso”, meu projeto político. E portanto, neste momento já temos essa possibilidade. Agendámos, e vamos com vinte e cinco mil euros (25.000€), vamos ver que novidades e que ideias as pessoas nos vão integrar aqui. E este, como o próprio nome diz, ao ser participativo, vai ter também Assembleias Participativas, onde têm uma vocação de apresentação de projetos, mas também a votação dos mesmos projetos. -----

Eu penso que é mais um passo em frente na independência, mas também na clareza e na boa governança do Município. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Espero, realmente, que seja um pequeno passo e que outros passos se sigam, porque é muito importante este tipo de iniciativas que aproximem os cidadãos dos eleitos. -----

O Sr. Presidente já, de alguma forma, introduziu o Ponto n.º 11, e eu acho – embora eles, em termos de agenda, estejam separados – eu acho que faz sentido tratarmos os dois ao mesmo tempo, dado que a documentação é exatamente a mesma. Portanto, se não houver nenhuma oposição dos Srs. Deputados, eu diria que vamos tratar ao mesmo tempo os Pontos n.º 7 e 11. -----

Então, serão os Pontos n.º 7 e 11 que estarão em discussão. Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Luís João, faça favor. -----

-----**Deputado Luís João Dias:** Ainda bem que o Município teve uma iniciativa deste género, felicito o Município por isso, o Executivo. -----

Tenho algum esclarecimento a colocar. As três alterações que propôs, quando votarmos isso, serão contempladas? -----

Já agora, eu tenho mais um esclarecimento a colocar: no art.º 7.º e 8.º, que tem que ver com o ciclo da participação, no Ponto n.º 5 do art.º 7.º, “O período de recolha das propostas ocorre entre os meses de julho a setembro.” Mas, por sua vez, a análise técnica é no mês de agosto. Então, eu pergunto: se eu entregar uma proposta em setembro, como é que pode ser analisada se o período de análise é o mês de agosto? -----

E ainda tinha outra, também sobre as datas, que era na parte da votação, que decorre durante o mês de setembro. E ainda outra, que tem a ver com a entrada em funcionamento – o art.º 10.º, Votação, é em setembro também. Ou seja, se as propostas, como vem no art.º 7.º, n.º 5, são de julho a setembro, não percebo muito bem, que depois no n.º 1 do art.º 8.º diz que a avaliação técnica é em agosto, e depois no n.º 10, a votação seria em setembro. -----

E ainda, a outra dúvida é no art.º 18.º: “Este regulamento entre em vigor cinco dias após a sua publicação via edital e na página eletrónica da Câmara Municipal.” Como hoje é dia 27, eu pergunto como é que pode entrar em vigor em julho. -----

São as dúvidas que tenho.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Tem razão, Sr. Deputado, e eu só agora me dei conta disso, mas pedia aos serviços que agendassem (intervenção inaudível). Esta foi a alteração que foi feita, exatamente, era julho e agosto, dois meses para receber as propostas; comissão técnica e análise em setembro. Era por uma lógica simples, para vir à Assembleia Municipal, e até 31 de outubro estar em Orçamento. Sr. Deputado, onde diz “julho a setembro”, não, é “julho a agosto”, são dois meses; depois, no final do mês de agosto, a análise técnica tem de ser no início de setembro, obviamente, e é para trazer à Assembleia Municipal durante o mês de setembro. Foram essas as alterações que foram enviadas também à Câmara Municipal.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Suponho que quando se diz que é início de julho, não tem de ser 1 de julho, acho eu.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Claro, tem de ser após... No ano de 2017? Está-me a falar do art.º 18.º? Não, a partir do momento em que esteja disponível, são cinco dias após a entrada em vigor, para poderem as pessoas, em julho e agosto, já participar. Só isso. Eu percebo, quando diz, não é dia 1 de julho; entra em julho, dia 3, dia 4, o que for. -----

Agora, o porquê de ser a execução orçamental no ano de 2017, é porque em dezembro teremos a Assembleia Municipal; se não aprovar o Orçamento, obviamente cai tudo por terra.--

-----**O Presidente de Mesa:** Quer-me parecer que estas propostas de alteração são consensuais. Assim sendo, ponho à votação o Regimento tal qual está, com as propostas que foram aqui referidas, e peço aos serviços técnicos que façam depois uma compilação dos Pontos n.º 7 e 11.-----



-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro deliberou **por unanimidade aprovar o “Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo”**.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 8 — PROPOSTA PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL.

-----Não houve intervenções neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Suponho que isto tem algo a ver com aquilo que já discutimos, não é assim, Sr. Presidente da Câmara? Faça favor.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----
A necessidade de prosseguir (intervenção inaudível) ... esta proposta de alteração do PDM. E por quê? Porque a adaptação do atual Plano que nós temos tem que obrigatoriamente conter a transposição das normas dos planos (intervenção inaudível) ... aquilo que eu estive a falar, nomeadamente a extinção de solos urbanizáveis, que vão ser extintos, também dos espaços verdes, e conseqüentemente, a Lei dos Solos. E tem que ser antes, esse trabalho de revisão tem que ser assegurado antes da data limite de 29 de junho de 2016, para iniciarmos o documento. Depois, teremos até 14 de julho de 2020 para o poder aprovar. E a necessidade de cumprirmos com a Lei, e também estarmos já a trabalhar na ARU, permite-nos que essa própria ARU seja integrada já no PDM. E de acordo com o que vamos fazer, é só exclusivamente para cumprimento da Lei, e integração do novo projeto de desenvolvimento municipal.-----

Obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 79.º do Decreto - Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, deliberou **por unanimidade aprovar a “Proposta para Revisão do Plano Diretor Municipal”**.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 9 — PROPOSTA PARA A ELABORAÇÃO DO PROGRAMA INTERMUNICIPAL DOS MUNICÍPIOS DO BAIXO SABOR, DOURO SUPERIOR E TERRA QUENTE.

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Júlio Andrade** (PS), **António Alves Salema** (PS), **Luís João Dias** (Coligação PSD/CDS), **António Lopes** (PS), e **Francisco Braz** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara faça favor.-----

----**O Presidente da Câmara:** Srs. Deputados, Sr. Presidente: esta é uma opção que nós temos que tomar em termos de calendário, e em termos políticos. Não se trata aqui de defender se estamos na CIM de Trás-os-Montes, ou se estamos na CIM Douro; trata-se antes de defender o que eu acho que é pertinente, que é os pequenos e médios municípios poderem ter uma voz para falar dentro das suas próprias (intervenção inaudível) ... Este Quadro Comunitário de Apoio, e esta Comissão de Coordenação da Região Norte vive muito focalizada para as áreas metropolitanas, e por outro lado, também para as sedes de distrito. E portanto, a oportunidade desta elaboração do Programa Intermunicipal tem a ver com duas situações: houve o PEDU e o PARU. Os PEDU's foram os que levaram à exoneração do atual – ainda atual – Presidente da CCDR. Isto para terem esta noção. Mais de cinquenta e seis milhões de euros (56.000.000€) são para os PEDU's, mas os PEDU's – no Distrito de Bragança, por exemplo, só pôde concorrer Mirandela, Macedo de Cavaleiros e Bragança; a grande fatia destes milhões foi para a Área Metropolitana do Porto. A Área Metropolitana do Porto, que se não existisse Trás-os-Montes, não tinha direito a este tipo de Programa Operacional. Ou seja, já há quem defenda que a Área Metropolitana do Porto deve ser integrada numa nova NUT II, à parte dos outros municípios. -----

Mas, não contentes com isto, o que levou à exoneração do atual Presidente foi que seis milhões de euros (6.000.000€) que estavam previstos ser distribuídos por cinquenta e seis municípios que ficavam só nas PARU's, foi ordenado – porque é assim – foi ordenado pelo Ministro da Tutela que esses seis milhões de euros (6.000.000€) deveriam ser divididos por seis municípios. E pasme-se quais são os municípios: os maiores, os da Área Metropolitana do Porto, e os que já levaram o grande quinhão dos fundos comunitários. E de fora continuavam

os restantes, que são a maioria dos oitenta e seis, e que só podiam candidatar-se nas PARU's. Para terem esta noção: Chaves recebe dez milhões de euros (10.000.000€), Torre de Moncorvo recebe um milhão e meio (1.500.000€). Podemos chegar aos três milhões e meio (3.500.000€), mas se não for contabilizada a fórmula de cálculo que eles fizeram, Moncorvo duplicava, ou seja, podia ir aos seis milhões (6.000.000€). E por quê? Nós temos PEDU's para as áreas metropolitanas, PARU's para os pequenos municípios, e ainda vamos ter uma coisa que são os PAMU's. Os PAMU's não são mais do que ver qual é a concentração da área populacional. E o Porto, o que é que faz? "Atenção que eu não tenho zonas rurais; tenho é um aglomerado populacional, e é com esse aglomerado que eu concorro." E Moncorvo, como é que faz? Faz uma coisa, segundo as regras deles, que é assim: qual é a área populacional da sede do concelho? Três mil pessoas. E a restante do concelho? São mais cinco mil. Então, os cinco mil não contam, só contam os três, porque só esses é que são da área urbana. Os mais prejudicados são Moncorvo e Régua, e aqui, por exemplo, Vinhais também é bastante prejudicado. -----

Eu ainda não dei conhecimento disto aos Srs. Presidentes das outras Câmaras Municipais, sem debater convosco. Isto foi um documento elaborado, e por quê? Porque podemos ter algumas coisas que nos são benéficas. Vou dar-vos um exemplo, que vocês agora podem achar que é estapafúrdio de todo: quando a Câmara Municipal de Lisboa disse que cada turista tinha de pagar um euro (1€) a mais na taxa do hotel, toda a gente achou mal. O que é certo é que a Câmara de Lisboa já tem uma série de milhões de euros arrecadados com essa taxa. Nós não vamos pôr aqui um euro (1€), obviamente; nós queremos é chamar as pessoas. Mas, reparem esta situação: por que é que o Município de Torre de Moncorvo, o Município de Mogadouro, o Município de Foz Côa, há de suportar os encargos nas estradas municipais, de autocarros de determinadas empresas que andam no Douro, quando não trazem para cá os turistas, mas levam-nos, por exemplo, para Espanha? Se nós tivermos um princípio político do Baixo Sabor, do Douro Superior e da Terra Quente – e por isso é que eu pus estes, porque se não passarem por nenhum destes territórios, não podem passar; não podem passar, não têm outra hipótese – por que é que não havemos de ter nós a possibilidade de negociarmos isso com os operadores? Esta é a nossa intenção. E por que é que eu não meti Bragança, nem Vila Real, nisto? Por uma razão: porque Bragança e Vila Real foram privilegiados pelo PEDU. Têm que ser os pequenos e médios municípios a ter uma intervenção política, neste momento, para dizermos o seguinte: o que conta é a população toda, e não a população que está na zona considerada urbana, porque senão estamos a ter, não a morte já anunciada, mas a morte efetiva das nossas freguesias. E isso, nós não podemos aceitar. Não podemos aceitar estas regras, porque Porto, Matosinhos, Lousada, Maia, obviamente que eles têm um grande agregado populacional na sede do concelho. Mas, não se pode aplicar as mesmas regras aos



concelhos cá de cima, e nem se pode aplicar as mesmas regras aos nossos municípios, que se aplicam às cidades, sedes de distrito. -----

E por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não há necessidade de o aprovar; há necessidade é de refletir nele, e se assim o entenderem, trazerem propostas mais elaboradas. Aqui foi só o pontapé de saída, para vos dar a conhecer as dificuldades que os nossos municípios – os médios e, pior do que nós, os pequenos municípios – têm na nova Legislação comunitária. E eu debato-me, e serei sempre contra a exclusão das freguesias das sedes do concelho. E por isso vos disse que temos de tratar disso, e a ARU tem de ser, em setembro, um bom projeto, temos que justificar perante o Poder Central o por quê de levarmos taxas de IVA a seis por cento (6%) para as freguesias. Esse pode ser o primeiro passo para conseguirmos fortalecer um concelho, e não uma sede urbana. Muito obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Eu, se calhar, estou a ver mal, mas o Douro Superior e a Terra Quente não englobam já todos os municípios? Ou há algum município do Baixo Sabor que não esteja nestas duas associações?-----

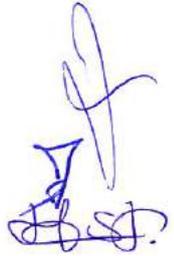
-----**O Presidente da Câmara:** Não, estão todos, mas é para lhe dar força também.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito bem, é uma questão política. Era uma dúvida que me assaltava. -----

Estão abertas as inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado António Júlio Andrade.-----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Realmente, estas coisas mexem com a gente. Ainda aqui há tempos eu ouvi todo aquele debate por causa das águas, e os do Porto, e não sei que mais, e impuseram-se, que o preço não podia ser igual em Trás-os-Montes e entre eles. E eu lembrei-me: então e a eletricidade, por que é que lá não há de ser mais cara do que aqui? E o Sr. Presidente esqueceu-se de referir que na CIM Douro tudo fica no eixo Vila Real – Lamego, porque o resto é paisagem também; não é só Chaves, Mirandela e Bragança. E eu tenho para mim que estes problemas só se resolvem quando Trás-os-Montes tiver uma voz forte, e tiver uma única CIM, ou região, ou chamem-lhe o que quiserem. E a proposta que eu fiz já uma vez nesta Assembleia era no sentido de dar o pontapé de saída, enviar a toda a gente, e começarmos, e ser de Moncorvo o grito lançado. Mas, vocês entenderam o contrário, e eu continuo na mesma.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Salema, faça favor.---



-----**Deputado António Alves Salema:** Eu quero perguntar ao Sr. Presidente se já há entendimento entre todos estes concelhos. Ainda não? Portanto, o pontapé de saída é do nosso concelho. Pronto, eu penso que vale a pena porque vamos criar junto de nós, e aqui nos nossos vizinhos, um núcleo muito forte de população, porque não há população, meus amigos, e eles põe-nos de lado. O problema é só esse: temos pouca população, valemos pouco. Agora, com este núcleo, com a população que nós vamos aqui englobar, eu julgo que temos mais poder de atuação. Eu acho que devemos ir para a frente, e concordo com esta posição.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu recordo que o que está aqui é uma proposta para elaboração de um programa; não estamos a votar nenhum programa. -----
Sr. Deputado Luís João, faça favor.-----

-----**Deputado Luís João Dias:** Eu gostava que o Sr. Presidente explicasse como é que ia lidar, então, com essas empresas que passam os autocarros nesta área, ou como é que, de certa forma, ia captar dinheiro a essas empresas para ficar nestes municípios. Era só para perceber qual é a sua estratégia.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Lopes, faça favor.-----

-----**Deputado António Lopes:** Bom dia a todos.-----
Eu confesso que não me apercebi muito bem da importância que tem este documento. E agora que estou a tomar consciência disso, e considerando que não é necessário aprovar, aquilo que me parece é que nos deviam dar mais tempo – e eu sinto essa necessidade – para refletir sobre isso, e depois apresentar aqui propostas, porque me parece que é, de facto, importante este documento. Para termos, de facto, mais algum tempo.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. -----
Eu continuo a recordar que nós não estamos a aprovar nenhum documento em concreto; estamos a aprovar uma proposta, e que me parece mais ou menos unânime. -----
E só queria juntar ao que disse o Sr. Deputado António Júlio Andrade, que relativamente à eletricidade, em termos de custos, ela efetivamente tem um custo superior no Porto do que aquele que tem aqui. E portanto, se se fizessem refletir os custos no preço, o que é algo que muitas vezes o litoral reclama para justificar determinado tipo de diferenças, este também seria diferente.-----

Vou dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder, e depois, se for necessário, há uma segunda volta, Sr. Deputado. Muito obrigado, Sr. Deputado. -----
Sr. Presidente da Câmara, faça favor.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Obrigado, Sr. Presidente.-----

Um dos objetivos deste programa é articular a estratégia municipal de desenvolvimento económico, social, conservação da natureza e da garantia da qualidade ambiental, coordenar a incidência intermunicipal de projetos de redes, equipamentos, infraestruturas e distribuição de atividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços constantes no Programa Nacional de Política de Ordenamento de Território, dos programas regionais e dos programas setoriais e sociais aplicáveis. Estabelecer os objetivos a médio e longo prazo da racionalização (intervenção inaudível) ... e definir os objetivos em matéria de equipamentos e serviços públicos. Este é um exemplo, o último, de que se existisse uma verdadeira política de articulação de estratégias, os hospitais distritais não estariam no eixo Mirandela – Macedo - Bragança, obviamente. É isto que nós temos que pensar, e não podemos pensar nas capelinhas uns dos outros; temos que, de uma vez por todas, saber que só juntos é que podemos fazer alguma força em termos políticos. Mas, também temos que ser nós a dar o contributo para aquilo que queremos, porque não basta dizer que queremos a água mais barata; queremos, mas se não dermos um contributo, como é que podemos fazer? Vamos fazer um projeto para isso. Não podemos dizer que não aceitamos que o Tribunal da Comarca esteja em Bragança; tudo bem, mas vamos, então, fazer um projeto. Este instrumento visa isso mesmo, e visa acordar todos os intervenientes políticos para esta decisão.-----

O que o Sr. Deputado Luís João me perguntou, repare esta forma: há uma empresa aqui que é estruturante para o Rio Douro, em termos de turismo, que se não tiver a possibilidade, ou se tivermos uma política consensual – já nem falo da terra que retira com a passagem dos barcos, aos agricultores, e que nunca a paga, já não falo disso, mas falo de objetivos que nós podemos fazer com que eles aceitem. E esses objetivos passam se houver um entendimento. Agora, se eu lhe disser: “Tem que pagar, nas estradas municipais, um imposto X”, porque é da nossa competência, mas Mogadouro diz assim: “Não, passe por aqui, e chega ao mesmo sítio”, aí ele diz assim: “Não vamos passar em Moncorvo.” Mas, se todos tivermos este ponto de vista e esta filosofia – e dizer-lhe uma coisa muito simples, como fizemos no aspeto cultural, que foi, com determinadas entidades, dizer assim: nós entramos no apoio que vocês necessitam, mas vocês têm que sair do Porto e das grandes cidades e fazer uma série de atividades nestes concelhos. E conseguimos; um caso flagrante é ???, em que se obriga, ela própria, a fazer uma coisa que se chama “Fins de Semana de Música no Douro Superior”. Era essa a intenção. Nós temos meios para conseguirmos atrair turismo, já vimos isso, temos meios para que os



nossos planos de ordenamento do território possam ser consequentes com os nossos desígnios, temos meios para que o nosso Plano de Ordenamento do Território e da Natureza tenha consequências favoráveis, e exemplo disso foram os planos de combate a incêndios. No primeiro plano, em termos de limpeza, não queriam os cinquenta metros; queriam só trinta metros. E aí, os municípios uniram-se, quer os da CIM de Trás-os-Montes, quer os da CIM Douro, e conseguimos que os planos estivessem parados durante um ano, para nos darem parecer positivo. E isto por quê? Porque não podíamos aceitar que a mesma regra que era para as grandes áreas de aglomerados urbanos seja para as rurais. Mas, fazemos isto de uma forma muito desgarrada; quando nos interessa, temos ali um problema, vamos lá atacá-lo.-----
O que nós pretendíamos com este documento – e que se a Assembleia assim o entender, seria enviado para todos os municípios que constituem estas associações, para o levarem também às suas Assembleias – isto são pontos gerais, não são os pontos concretos, porque depois há de sair um documento – e talvez consigamos ter este entendimento. E esse entendimento é importante até por isso mesmo, porque repare: quando há um investidor que queira vir para Trás-os-Montes, os municípios marcam com o Ministro da Tutela e com o Secretário de Estado, para ver quem é que pode tirar uns aos outros. Não vemos isto como região, e esse é o problema. Nós temos que ter um projeto consequente para bem de nós todos. Para bem de nós todos, senão temo, mas temo mesmo, que façam connosco uma centralização nas sedes de concelho, e depois das sedes de concelho, há de ser uma centralização numa CIM qualquer, e assim vai seguir. E este é só o chamado alerta. Os Srs. Deputados, de certeza, melhores contribuições hão de dar para um documento definitivo.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Deputado Francisco Braz, por favor.-----

-----**Deputado Francisco Braz:** Estou mais que de acordo que se possam tirar frutos da ocupação e visita por parte dessa empresa que vem operando a nível turístico aqui no nosso concelho e nos limitrofes, porque eles operam única e exclusivamente visando o seu lucro, pois nos concelhos onde passam neste momento só deixam – diga-se, entre aspas – o lixo, porque eles próprios só visam o seu lucro próprio, porque eles já têm desde o barco ao autocarro, ao restaurante, ao alojamento, à venda de produtos tradicionais locais. Não é por uma razão que vão a Espanha, porque eles têm alojamento próprio em Espanha, e então eles vão para lá porque só visam única e exclusivamente o lucro deles próprios. É um turismo bom, mas é um turismo à parte, que anda aqui só no núcleo Mário Ferreira, que é mesmo assim. Portanto, é de bom tom conseguir tirar-se o maior partido, ou algum que se possa conseguir, em prol dos municípios por onde eles passam e operam, seja com taxas, seja com acordos, seja com o que

for, não só para que nos tragam cá os turistas, porque este turista não nos interessa, diga-se concretamente. Obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Dava a palavra ao Sr. Deputado Luís João.-----

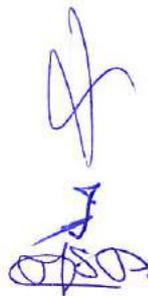
-----**Deputado Luís João Dias:** Pronto, já foi falado qual é o nome do empresário, qual é a empresa que toda a gente estava a pensar e não disse, agradecemos ao Sr. Francisco Braz por isso. -----

Eu trabalho no Pocinho, e três barcos dessa empresa estiveram ancorados na Barragem do Pocinho durante duas semanas. Não houve qualquer atividade económica no Pocinho derivado a esse ancoradouro. A única atividade que houve foi mais recolha de lixo; posso-lhes dizer que até a água foi da mangueira do jardim do Porto de Foz Coa – ou seja, roubavam água. Mas, o meu medo é este: é que se formos contra esta empresa, há outros atores económicos já em atividade no Douro, mais pequenos, que se interligam com as populações locais. Como é que nós vamos conseguir separar águas, não prejudicando estes pequenos e médios atores económicos que ajudam a região. É o medo de legislarmos, ou de tentarmos, por cima, impedir abusos.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Júlio Andrade, tem a palavra. Peço-lhe que seja breve, que já fui condescendente consigo no ponto anterior.-----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Bom, eu penso que nós não podemos atirar-nos contra empreiteiro nenhum, nem contra agente nenhum, nem contra empresário nenhum. Agora, o que nós temos é que nos unir e apresentar produtos que cativem o turismo, em todos os domínios. Nós temos aí os nossos sítios arqueológicos, no Olival dos Berrões está lá um cemitério romano com catorze sepulturas. Eu, nem que faça mil e um desenhos a um turista para ir vê-lo, se não for lá levá-lo ao sítio – e fica a cinquenta metros da estrada – ele não o vê. Por que é que não se sinaliza aquilo? Eu já repeti isso mais do que mil vezes. Ninguém consegue descobrir onde é que é – um turista – o Castro do Baldoeiro; tem que se ir lá levar ao pé. Por que é que não há um projeto de sinalização turística uniforme para todo o concelho, que seja bem estudado, bem programado, que cativa as pessoas? -----

E depois, há outra coisa: ninguém se desloca a Trás-os-Montes para ver o Castro do Baldoeiro, ou para ver o Fojo do Lobo, em Felgueiras, ou para ver o Lagar de Cera, ou para ver o Museu, ou isto, ou aquilo; mas se nós tivermos uma rede de sítios – pode ser na Rota dos Judeus, em



Trás-os-Montes, como pode ser na Rota dos Castros, em Trás-os-Montes. Agora, Mogadouro faz por si, Moncorvo faz por si, este faz por si, e andamos aqui com as capelinhas toda a vida. Nós nem fomos capazes de nos unir para celebrar o quinto centenário de Frei Bartolomeu dos Mártires, que foi o homem que na idade média fez a transição para a idade moderna, mais importante aqui para a nossa região; ou o terceiro centenário do nascimento de Jacob Rodrigues Pereira, o inventor do alfabeto para surdos-mudos, também não fomos capazes sequer de nos unir, aqui meia dúzia de "gatos pingados", quanto mais agora para estas coisas. E a culpa é toda nossa, nós é que não somos capazes de fazer as coisas bem.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. -----

De qualquer forma, acho que é importante nós votarmos, até porque este documento, a existir, dará ferramentas... e mais uma vez renovo ao Sr. Presidente da Câmara o pedido para que nos faça chegar as propostas o mais cedo possível.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea b) no n.º 1 do artigo 68.º da Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, deliberou por unanimidade aprovar a "**Proposta para a elaboração do programa intermunicipal dos municípios do Baixo Sabor, Douro Superior e Terra Quente**".-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 10 — PROPOSTA DE ESTUDO PARA INTEGRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO NA AGREGAÇÃO DOS SISTEMAS DE ÁGUA E SANEAMENTO DOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM A CIM DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES.-----

-----Não houve intervenções neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

Pois, o ponto era uma proposta de estudo. Nós temos dois estudos, já aqui votámos um, que era da CIM Douro, sobre as águas, a integração do Município na Agregação dos sistemas de água e saneamento. Estamos a fazer também com a CIM Douro esse estudo, e agora a CIM



das Terras de Trás-os-Montes propõe que os municípios que integram o sistema de gestão de resíduos possam fazer entre eles um estudo para ver qual é o comparativo, para ver qual é que sai mais barato. Eu quero dizer que isto não tem qualquer custo para o Município, é só para termos uma ideia se os valores que as Águas de Portugal nos propõem são elevados, se são exagerados, se estão dentro do contexto em que vivemos, e também para Torre de Moncorvo é importante, uma vez que já estamos integrados no sistema de resíduos, que possamos também ter um conhecimento, se estivermos agregados – vamos falar aqui do Distrito de Bragança – vemos qual é a proposta que mais nos convém, porque toda a Legislação que foi elaborada pelo – já não foi o anterior, foi o anterior ao anterior Governo, agora foi toda revogada. E portanto, parece que vamos outra vez voltar à agregação de sistemas, e cada um tem que escolher qual é o sistema a que quer pertencer. Eu tenho uma opinião sobre isso, que não a vou manifestar hoje, mas direi só que o início da CIM Douro era para ser os dezanove municípios, o que me parece completamente desajustado em termos territoriais, se for para se fazer estes sistemas desagregados, porque como estava agora era melhor, mas vamos ver o que é que isto dá. Também me parece que o sistema agregado, como tinha as Terras de Trás-os-Montes, só com os nove municípios, era pouco. O Douro Sul já entende que pode não estar na CIM, mas que pode estar o Douro Sul a fazer esta gestão integrada, e a nós interessa-nos também saber, neste tipo de estudos, qual é o que interessa ao Município. Verdadeiramente, é isto. E a integração dos resíduos, eu não sou contra, desde logo por uma razão: os resíduos têm funcionado bem; os resíduos têm funcionado bem. A gestão, obviamente que é diferente da gestão da água, mas vamos também ver o que é que vai sair daqui, porque o atual Ministro é contra o sistema que temos, de agregação, é contra os preços diferenciados entre o litoral e o interior. E portanto, vamos ver o que é que isto vai dar. E eu costumo dizer: quanto melhor preparados estivermos, melhores serão as soluções que iremos colher, certamente, para o nosso concelho. Obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com 23 votos a favor e 1 abstenção (do deputado António Manuel Gonçalves (PS)) **aprovar a “Proposta de Estatuto para Integração do Município de Torre de Moncorvo na Agregação dos Sistemas de águas e Saneamento dos Municípios que integram a CIM das Terras de Trás-os-Montes”**.-----



-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----/-----

-----**O Presidente de Mesa:** O Ponto n.º 11, vamos passar à frente, que já foi discutido e aprovado.-----

PONTO 12 — ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E O MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO.-----

-----Não houve intervenções neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Dava a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Ponto n.º 12, então, Acordo de Colaboração entre o Ministério da Educação e o Município de Torre de Moncorvo: foi o que vos falei há bocado, daquela necessidade de revisão orçamental. Foi previsto para Torre de Moncorvo, e já foi aprovado, dois milhões e meio de euros (2.500.000€) para requalificação da Escola Doutor Ramiro Salgado. Tenho a dizer-vos que foi aprovado, no âmbito do anterior Governo, esse montante, com os dois milhões e meio (2.500.000€), sendo certo que o necessário para a requalificação total do edifício orça os nove milhões e oitocentos mil (9.800.000€), mais coisa, menos coisa. E daí, as alterações que nós propusemos ao Ministério da Educação. Propusemos duas muito simples, que seriam desta forma: os dois milhões e meio (2.500.000€) seriam para o hardware da escola, ou seja, para o betão, e fizemos a proposta para que o Município pudesse concorrer a dois programas que seriam complementares. O primeiro, o “Amianto Zero”, e serviria para retirar todo o amianto da escola, que não entraria nestes dois milhões e meio (2.500.000€) necessários para a obra, porque há programas próprios para isso; e depois, a eficiência energética, também em termos de caixilharia. E com esses dois programas, que fossem complementares, poderíamos de alguma forma atingir o objetivo. Se for assim consagrado, penso que teremos o problema resolvido. Se não for assim consagrado, este protocolo prevê uma comissão técnica, que é integrada pela Câmara Municipal e também pela Direção da Escola Doutor Ramiro Salgado, teremos que fazer aquilo que seja essencial, o melhor possível – e o melhor possível, segundo o que o Sr. Diretor me disse, é que têm grandes problemas com caixilharia. Será por aí que temos que começar, e também com a distribuição da água,



têm problemas de água e eletricidade, é um problema. Portanto, serão esses os três focos. Se conseguirmos tirar a caixilharia daí, poderemos, então, pensar noutras recuperações. -----
Este acordo foi o acordo feito para os seis municípios, está igual, e aí sim, os seis municípios já entraram em acordo para que estas duas situações que o Município de Torre de Moncorvo apresentou – e digo “Município de Torre de Moncorvo” porque tivemos uma sorte: é que depois de uma grande discussão que tive com o Delegado da DGEstE, depois tivemos uma reunião com o Secretário de Estado, e ele só enviou o protocolo para Torre de Moncorvo; os outros cinco estavam sem protocolo ainda, e daí termos tido essa vantagem. -----
Portanto, aqui o que é proposto é a aprovação para podermos dar início, então, ao procedimento concursal para o projeto e para a obra, que terá que ser, como vos disse, até 31 de outubro. Muito obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea k) no n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, deliberou **por unanimidade aprovar o “Acordo de Colaboração entre o Ministério da Educação e o Município de Torre de Moncorvo”**.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 13 — CARTA EDUCATIVA – MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO.-----

-----Não houve intervenções neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Pedia ao Sr. Presidente que se pronunciasse sobre o assunto.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Eu estava aqui a tentar conferenciar com o Sr. Vice-Presidente, porque é ele o responsável, e foi ele o coordenador e o supervisor desta Carta Educativa. Esta Carta é de três anos, a última foi em 2015, e portanto, é a Carta que regerá de 2015 a 2018. E baseia-se única e exclusivamente na atualização da própria Lei, do que decorre da Lei. Não houve alteração nenhuma à Carta; houve só uma atualização dos dados em termos de população estudantil. Mas, o resto é o que decorre da Lei, e que vigorará entre 2015 e 2018, daí ser chamada de Carta Educativa 2015. -----

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

-----O Presidente de Mesa: Muito bem.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 19.º do Decreto - Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, na sua redação atual, deliberou por unanimidade aprovar a “Carta Educativa – Município de Torre de Moncorvo”.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----Inscreveu-se para intervir o Senhor José Manuel Aires.-----

-----O Presidente de Mesa: Faça favor, Sr. José Manuel Aires.-----

-----O Cidadão José Manuel Aires: Muito bom dia a todos. A minha intervenção diz respeito ao suposto projeto mineiro da Serra do Reboredo.-----

Muito obrigado, Sr. Presidente. Queria cumprimentar toda a gente. Primeiro, queria começar por cumprimentar a Mesa, na pessoa do Sr. Presidente, o Executivo, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara Municipal, os Deputados Municipais, os funcionários aqui presentes e o público.-----

Relativamente a esta questão, soube que há dias houve uma sessão de esclarecimento com a empresa mineira, onde estiveram também presentes os alunos do curso de formação de especialização mineira, que decorreu aqui em Torre de Moncorvo, em parceria, neste caso, com o Instituto Politécnico de Bragança. Efetivamente, posteriormente a isso – eu não tive oportunidade, uma vez que por motivos pessoais e profissionais não resido cá neste momento, de estar presente nessa sessão, mas pude acompanhar através da comunicação social, e soube que, efetivamente, existiu uma data apontada pela empresa para o início efetivo da exploração, que será daqui a dois anos. Portanto, é um bocado contraditório com notícias que saíram no passado, inclusivamente o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo chegou a pronunciar-se, e chegou a indicar que no ano atual já deveria estar a laborar esse projeto mineiro. Queria saber, efetivamente – porventura também foi a informação que recebeu da própria empresa, mas, efetivamente, que informações novas é que surgiram, em que estado é que está o projeto mineiro, que é um projeto em que muitos dos nossos concidadãos põem expectativas, tanto económicas como profissionais, como pessoais, e portanto, acho que seria importante perceber em que estado é que está esse projeto, se

efetivamente há indicação de que irá arrancar, relativamente também a estudo de impacto ambiental, se o mesmo já estará concluído, ou não, se efetivamente a concessão vai ser concedida a esta empresa, a MTI, que penso que é assim que se designa, uma vez que esse próprio projeto, na altura, quando surgiram as primeiras notícias públicas, inviabilizou um projeto que já estaria aprovado para aquele local, que teria contrapartidas financeiras importantes, não só para o Município de Torre de Moncorvo, como para as Juntas de Freguesia, inclusive a União de Freguesias do Felgar e Souto da Velha e também Felgueiras e Maçores, e para os próprios proprietários dos terrenos daquela zona. Inviabilizam, então, esse parque eólico, que seria o acréscimo de torres eólicas junto daquelas quatro que já existem no local. Na altura, também surgiu como alternativa o Parque Eólico da Lousa – Castedo, também saber se o Sr. Presidente pode, então, neste caso, também esclarecer-nos em que ponto é que estará essa situação. É um projeto que é falado também já há alguns anos, mas que, efetivamente, ainda não está no terreno, e ainda não vimos a possibilidade de concretização. Houve alguns problemas relativamente ao estudo de impacto ambiental, nomeadamente na zona que diz respeito ao Douro Internacional; saber se esses problemas serão possíveis de ultrapassar, se existe alguma outra solução alternativa para a implementação desse mesmo investimento. -----

E também gostaria de questionar o Sr. Presidente, sei que – pelo menos foi a informação que me deram – que teve a oportunidade de se deslocar à China, em representação, penso eu, do Município, e então, que nos pudesse também informar o que é que, efetivamente, esteve lá, nesse caso, a fazer. Obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado. Vou dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para poder fazer os esclarecimentos que entender adequados.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Muito obrigado ao público por esta pergunta, muito obrigado ao Sr. José Aires. Isto faz-me lembrar sempre o “Era uma vez”. E digo “Era uma vez” porque, em anteriores mandatos, o que não estivesse na ordem de trabalhos, os Presidentes da Assembleia Municipal eram mandatados pelo órgão executivo – coisa que é ilegal – para não deixarem falar. E portanto, é para ver; “Era uma vez”, hoje estamos muito diferentes.-----

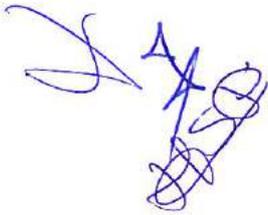
Mas, quanto ao restante, deixe-me dizer-lhe que nessa sessão de esclarecimento, eu próprio fui confrontado com situações que não estava à espera. Houve uma intervenção, estive lá o Presidente da Câmara e os Vereadores, e houve uma intervenção de um Vereador da Oposição que quando o público disse assim: “Eu tenho pena que quando foi posto em causa este projeto, só o Sr. Presidente da Câmara é que se levantou contra o mesmo, indo ao ponto



de acusar instituições e membros do Governo de se estarem a opor ao desenvolvimento de Moncorvo e de Trás-os-Montes.” E aqui d’el rei, que o Sr. Vereador da Oposição disse assim: “Não, não foi o Presidente da Câmara; o que vem nos jornais e nas notícias é discutido na Câmara Municipal, e é apoio nosso. Estamos todos no mesmo barco.” Bom, o que quer dizer que, se estamos todos no mesmo barco, quando eu disse que estaria para iniciar este ano, foi o que me havia sido transmitido pela empresa. -----

E também para lhe dizer duas situações: é que às vezes confundimos as coisas, e não somos nós que as confundimos. Um órgão de comunicação social – no caso, o Jornal de Notícias – veio dizer que estava para assinar o início da exploração. E se for lá, não tem a menor explicação, quer do Presidente da Câmara, quer dos Vereadores. Veio essa parangona só, e ninguém disse nada. O que está para ser assinado é o contrato de concessão definitiva, foi o que eu disse há bocadinho, que o Sr. Secretário de Estado da Energia me telefonou para ver se poderia ser assinado aqui, e que estava a prever que fosse assinado em julho. Mais: depois dessa conferência que houve lá em baixo, que a Câmara e o IPB promoveram – não é só com a MTI, é com várias; todas as empresas que assinaram o protocolo com o então Ministro do Ambiente, aqui neste salão, têm uma sexta-feira que lhes é dedicada. E nessa, o Sr. Administrador da MTI, Dr. António Frazão, veio dizer que com o que estava mais aborrecido era com o Poder Central, porque não lhe dava a concessão definitiva para ele começar a laborar. Se bem se recorda, isso saiu no Mensageiro e saiu no Nordeste. Mas, o Presidente da Câmara não disse nada. E não disse, porque ao contrário do que os Vereadores da Oposição dizem, em que se abstêm no Orçamento porque não veem soluções para um projeto que é nacional, e que é privado, que é a concessão das minas, em que só põem isso em causa num Orçamento, o Presidente da Câmara ali não disse nada. E não disse porque temos que ver. Agora, nós todos temos de pensar numa coisa: seja PSD, CDS, CDU, Bloco de Esquerda, até o PAN, e o PS: é se estamos a favor, ou não, desse projeto. -----

E deixe-me dizer-lhe uma coisa, porque eu andava cá, e o senhor também andava cá: recorda-se de um referendo que houve, um tipo de referendo que houve aqui em Moncorvo? Pois, é que isso foi a anterior Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo que pôs a correr as três opções onde queriam o parque eólico. Não se recordam disto? E tanto assim era que as pessoas não eram escolhidas aleatoriamente, os que andavam a fazer a pergunta; eram escolhidos pela entourage política. Só para lhe explicar uma coisa: não foi o projeto mineiro que pôs em causa as eólicas; foi uma opção política, que também não queríamos as eólicas no Reboredo. É que é diferente, é diferente, e temos de pôr as questões onde elas devem ser postas. Primeiro, houve essas três hipóteses; depois, houve uma série de compras por diversas empresas, e o que é mais caricato é que foi concessionado, e aí é que o Sr. José Aires devia estar preocupado. O Estado, nós cremos que o Estado seja de boa fé. Então,



concessionam um território, que é, como bem disse, Lousa – Castedo, entrega essa concessão à empresa, e depois vem-lhe dizer: “Agora vocês fizeram o estudo todo, mas eu não vos aprovo.” Isso é que é preocupante. Eu podia dizer-lhe como é que está: está a correr uma ação, e o próprio Estado agora veio dizer uma coisa muito simples: “Então, vamos relocar-lo para fora de Moncorvo”, e nós aí metemos uma ação ao Estado, e uma ação de uma forma muito simples – nós e Carrazeda de Ansiães – que foi desta forma: notificámos o Secretário de Estado para vir dizer se aceitava negociar no Tribunal Arbitral, e se ele nada dissesse, estava uma ação de contencioso a correr na própria ação. Isto é simples de ver por quê. Aliás, nós somos os dois da área jurídica, é perceptível. Não perdemos prazo, e mais, obrigámos o Estado a vir dizer por que é que foi aquela situação. E sabe por que é que isso aconteceu? Aconteceu que o Estado veio perguntar à concessionária, à MTI, se não se importava que o parque fosse lá relocado, e até lhe posso dizer que a MTI deu um parecer favorável. E neste momento, podemos ter na Lousa e uma parte também no Reboredo. Mas, isto são as negociações; eu não as trouxe ainda aqui porque ainda não tenho isso como feito, mas tenho já a declaração da empresa concessionária das minas a dizer que não há problema nenhum. Até por uma razão: é que o parque eólico, no máximo, são trinta anos, e as minas são setenta. E na parte onde vai estar, só no quinquagésimo ano é que vão passar para lá. Portanto, não há problema nenhum. Isso foi mais uma daquelas situações em que o Estado se aproveitou, a dizer: “Eles nem se entendem. Então, nós queremos fazer ali o parque eólico, e a Junta de Freguesia, andaram pelo concelho a perguntar onde é que queriam a localização do parque eólico.” Há de haver aqui pessoas que se lembram, de um lado e do outro. Não acredito que ninguém tenha passado uma borracha de tal forma, ou uma esponja, que ninguém se lembra disto. Isto foi muito falado por aí; eu até lhe dizia alguns dos que andaram lá. Eu, por exemplo, fui abordado no Mercado Municipal, num dia de feira. -----

Portanto, é para lhe dizer isto: quando nós estamos a falar de um projeto que só em exportações são quatro vírgula cinco milhões de euros (4.500.000€) mensais, quando a Câmara Municipal assina, juntamente com a REFER, a APDL, a CP e as Infraestruturas de Portugal, um grande complemento de apoio a este projeto, é porque queremos que ele resulte – eu acho que aí ninguém está em dúvida, todos queremos que resulte, independentemente da ideologia que cada um tem. Agora, vou-lhe dar um exemplo caricato, que o CEO da empresa dizia: estavam encomendadas as barcaças, seis barcaças para ir pelo rio, e a empresa fez esta proposta: nos antigos armazéns da Quimigal, poder ser ali o armazenamento das ???, e passar aí à noite, para não interromper o turismo, à noite, através de barco. A CCDR veio votar contra isso. Não foi a CCDR, foi um operador turístico que obrigou a CCDR a votar contra. Mas, se andássemos pelo Danúbio, se andássemos pelo Tamisa, víamos as barcaças a passarem de um lado ao outro. Então, qual foi a segunda opção? É esta, agradecia que escrevesse, que é



para ficar marcada, no dia 27 de junho: a segunda opção foi: primeiro, por estrada até ao Pocinho, depois o comboio até à Régua, e depois daí por barco. Isto está-se mesmo a ver. E o Estado, onde é que fez as melhorias ferroviárias? Até à Régua, o que inviabilizaria este. Terceira opção: então, iria de barco, e utilizaríamos o Cais de Lamego. Eis que a CCDR, o ICNF e a APA vêm dizer: "Sim senhor, podem utilizar, mas não agora, porque têm de fazer um estudo de impacto ambiental", num ancoradouro que é do Estado, que teve impacto ambiental para ser lá construído. A APDL, há duas semanas – eu estive com eles na semana passada aqui, e há duas semanas, apresentou o grande projeto, o grande projeto da navegabilidade do Douro. E aí, tenho que referir um homem que, sem sombra de dúvidas, foi excelente naquilo que fez, e enquanto Presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte levantou-se – que foi o Eng.º Braga da Cruz – levantou-se e disse assim: "Meus senhores, nós estamos todos enganados, a navegabilidade do Douro não foi um projeto para os barcos de turismo; foi para retirar o ferro de Torre de Moncorvo", e parecia que aquilo tinha sido uma grande novidade. Parecia que tinha sido uma grande novidade. E a APDL, há quinze dias, apresenta, então, um novo Plano de Navegabilidade do Douro. E vem lá um capítulo, que podem retirar, ou pedir à APDL, para não dizerem que depois sou eu que digo e que não aparece, que é "Mining areas", onde está Torre de Moncorvo. E portanto, neste momento, temos a APDL connosco, a APDL a querer ser ela a fazer o estudo de impacto ambiental do Cais de Lamego, para poder ter através do Douro que se retira o minério. -----

O que é que está a decorrer agora? Está a decorrer uma coisa muito simples, que é: estamos, ou está a ser ultimada a consulta pública, que se tudo correr bem, se não houver nada em contrário, 30 de junho, e aí a assinatura do contrato de concessão. A partir da assinatura do contrato de concessão, há uma coisa que se chama o RECAP, que também houve aqui, mas que já é a empresa. E o que a empresa disse, daqui a dois anos, é só uma parte. Eu percebo que quem lhe transmitiu a informação não tenha dito a primeira parte – é que os filmes, quando têm intervalo, têm a primeira e a segunda parte. E na primeira parte, o que eles disseram foi: nos primeiros dois anos, vamos necessitar deste curso, vamos necessitar de outro curso com igual número de alunos – ou seja, quarenta alunos – e a primeira será desflorestação, limpeza de galerias e britagem, nos primeiros dois anos. Mas, eles disseram: se iniciarmos em dezembro de 2016, teremos até dezembro de 2018 esta parte. E disseram mais: mas, a contar do início, no quinto ano queremos estar em velocidade de cruzeiro, das tais seis milhões de toneladas. Isto foi tudo o que foi dito, e o próprio CEO disse. Agora, como é que é possível eles estarem com um projeto destes há oito anos, quando tudo o que estava para ser iniciado era antes. E mais, depois até disse, e eu também li, como deve ter lido nos órgãos de comunicação, que disse uma coisa muito simples: é que a partir deste momento, é mais complicado, porque já temos parceiros internacionais. Ou seja, a MTI, neste momento, já não é

a titular do contrato de concessão só por si; tem parceiros internacionais. Isso está escrito, e eu também li lá, mas não sei quem são.-----

Segunda questão que me colocou, que era o parque eólico: é muito simples, está neste momento entregue na Comissão do Interior; tive uma reunião com o Sr. Ministro Cabrita, que me disse que não estava esquecido, que ele não aceitava aquela decisão do ICNF e da APA, e que, portanto, iria enviar isso novamente para ser reapreciado. O que eu sei neste momento é que o concessionário, a Island Renewable teve, neste momento, uma notificação para, se quiser, repensar o parque. E como é que é repensado? Menor número de torres, maior potência nas torres. É nisto que está. -----

Aquela parte que disse, sobre o Douro Vinhateiro, já não estava, porque isso foi o que o ICNF respondeu, mas já não estavam previstos esses três postes, já tinham sido retirados. Ou seja, o próprio parecer já era desatualizado. Estamos nessa fase. Está, de qualquer forma, a correr um processo judicial intentado pelas Câmaras de Carraceda e de Moncorvo. Espero, finalmente – que a ser verdade, vai haver um novo Presidente do ICNF, e se for verdade, é uma vitória também que a Câmara não pode deixar de ter – que seja mais fácil dialogarmos entre uns e outros, para o bem da região. Há uma coisa, que eu deixo a política de lado para isto, que é: Moncorvo, enquanto estivermos cá nós todos, não se pode, nem queremos que se torne uma reserva. Enquanto nós estivermos aqui com soluções e pudermos dar propostas, vamo-nos esquecer da política e agarrar os projetos que temos em mãos. Obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Falta a questão sobre a China. Quero dizer-vos uma coisa: foi um convite que a Câmara Municipal, juntamente com mais nove municípios, a nível nacional, teve para ir à China. Foi tudo a custos da Embaixada Chinesa em Portugal, eu próprio não pedi nenhuma ajuda de custo, foi zero; ou seja, a Câmara não teve nenhum prejuízo de eu ter ido lá. -----

O convite teve a ver com quê? Os chineses têm uma perspetiva política diferente da nossa. Eles convidaram tudo o que fosse Presidente de Câmara com menos de quarenta e cinco anos, e que tivesse interesse para a China. No caso de Torre de Moncorvo, as nossas áreas foram duas: foi a mineração, em que fiz uma conferência no maior porto de minério do mundo, no dia em que foi assinada por Rio Tinto uma nova concessão na África do Sul, entre Rio Tinto e os chineses, e fiz uma sobre produtos regionais, que é numa Câmara de Comércio que eles têm, que se paga um montante por metro quadrado, mas fica-se isento de impostos. Para terem uma ideia, o que eles pediram a Moncorvo – porque o azeite português só em lojas gourmet é que são vendidos na China – pediram se podíamos arranjar – aliás, levei isso ao

conhecimento das cooperativas, não só de Torre de Moncorvo, mas do distrito, e dei conhecimento à CIM, quer de Trás-os-Montes, quer do Douro – eles, só para provas, pediram-nos um milhão de litros. Um milhão de litros, só para provas. Essa foi a parte que eu tive. Eles estavam interessados também – Mação foi por causa do presunto, Vagos foi por causa da tecnologia de ponta em termos de materiais e transformação de aço, que eles têm lá, e Famalicão foi pelos têxteis – ou seja, cada um tinha um departamento. Nas minas, estivemos lá com investidores. Agora, não me pergunte se algum desses investidores... havia lá pessoas que conheciam as minas melhor do que eu.-----

-----Seguiu-se a leitura da minuta da ata, que submetida à votação foi **aprovada por unanimidade**.-----

-----Seguidamente, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e às 13h00m deu por encerrada a sessão.-----

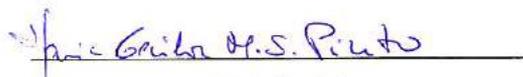
-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa.-----

O Presidente da Mesa,



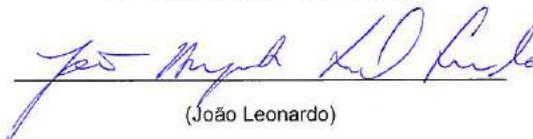
(José Mário Leite)

1.ª Secretária da Mesa,



(Maria Cecília)

2.º Secretário da Mesa,



(João Leonardo)